

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	5

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	6
DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	7
Demonstração de Valor Adicionado	8

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	9
Balanço Patrimonial Passivo	10
Demonstração do Resultado	11
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	12

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	13
DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	14
Demonstração de Valor Adicionado	15

Comentário do Desempenho	16
--------------------------	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	76
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	50.480.600
Preferenciais	0
Total	50.480.600
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	565.885	535.599
1.01	Ativo Circulante	3.332	2.719
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.456	1.473
1.01.01.01	Caixa	5	9
1.01.01.02	Bancos	6	7
1.01.01.03	Aplicações Financeiras	1.445	1.457
1.01.03	Contas a Receber	1.278	782
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.278	782
1.01.06	Tributos a Recuperar	598	464
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	598	464
1.02	Ativo Não Circulante	562.553	532.880
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	19.834	18.452
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	19.834	18.452
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	19.834	18.452
1.02.02	Investimentos	530.304	507.651
1.02.02.01	Participações Societárias	530.304	507.651
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	530.304	507.651
1.02.03	Imobilizado	11.011	6.348
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.641	3.257
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	7.370	3.091
1.02.04	Intangível	1.404	429
1.02.04.01	Intangíveis	1.404	429
1.02.04.01.02	Direito de Uso de Software	1.404	429

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	565.885	535.599
2.01	Passivo Circulante	179.377	164.086
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.693	1.540
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.693	1.540
2.01.02	Fornecedores	561	225
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	561	225
2.01.03	Obrigações Fiscais	519	490
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	519	490
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições	287	196
2.01.03.01.03	Impostos parcelados	232	294
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	0	10.450
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	10.450
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	10.450
2.01.05	Outras Obrigações	176.604	151.381
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	175.791	150.484
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	175.791	150.484
2.01.05.02	Outros	813	897
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	813	897
2.02	Passivo Não Circulante	423	399
2.02.02	Outras Obrigações	423	399
2.02.02.02	Outros	423	399
2.02.02.02.03	Impostos parcelados	423	399
2.03	Patrimônio Líquido	386.085	371.114
2.03.01	Capital Social Realizado	317.813	317.813
2.03.03	Reservas de Reavaliação	58.629	58.740
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	9.643	-5.439

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	11.257	15.054	1.083	3.105
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.895	-7.837	-2.670	-5.415
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	320	320	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	15.832	22.571	3.753	8.520
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	11.257	15.054	1.083	3.105
3.06	Resultado Financeiro	-58	-83	-1.110	-2.959
3.06.01	Receitas Financeiras	-110	97	-689	663
3.06.02	Despesas Financeiras	52	-180	-421	-3.622
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	11.199	14.971	-27	146
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	11.199	14.971	-27	146
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	11.199	14.971	-27	146
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,22185	0,29657	-0,00053	0,00289

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-7.466	-8.894
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-6.522	-5.685
6.01.01.01	Lucro líquido do semestre	14.971	146
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	175	166
6.01.01.03	Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos e CCI	903	2.523
6.01.01.04	Resultado da equivalência patrimonial	-22.571	-8.520
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-144	-578
6.01.02.01	Impostos a recuperar	-134	100
6.01.02.02	Outras contas a receber	-496	-383
6.01.02.03	Fornecedores	336	-228
6.01.02.04	Impostos taxas e contribuições	81	673
6.01.02.05	Salários e encargos sociais	153	-230
6.01.02.06	Outras contas a pagar	-84	-510
6.01.03	Outros	-800	-2.631
6.01.03.01	Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos e CCI	-800	-2.631
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-5.885	-190
6.02.01	Aquisição de propriedades para investimento, ativo imobilizado e de itens do ativo intngível	-5.803	-190
6.02.02	Aumento de capital	-82	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	13.334	25.382
6.03.01	Captação de empréstimos, financiamentos e CCI's	0	15.000
6.03.02	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e CCI	-10.553	-31.839
6.03.03	Impostos parcelados	-38	0
6.03.04	Partes relacionadas	23.925	42.221
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-17	16.298
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.473	1.969
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.456	18.267

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	317.813	58.740	0	-5.439	0	371.114
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	317.813	58.740	0	-5.439	0	371.114
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	14.971	0	14.971
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	14.971	0	14.971
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-111	0	111	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-111	0	111	0	0
5.07	Saldos Finais	317.813	58.629	0	9.643	0	386.085

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	317.813	58.906	0	5.750	0	382.469
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	317.813	58.906	0	5.750	0	382.469
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	146	0	146
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	146	0	146
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-112	0	112	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-112	0	112	0	0
5.07	Saldos Finais	317.813	58.794	0	6.008	0	382.615

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.106	-2.139
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.106	-2.139
7.03	Valor Adicionado Bruto	-3.106	-2.139
7.04	Retenções	-175	-166
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-175	-166
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-3.281	-2.305
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	22.668	9.183
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	22.571	8.520
7.06.02	Receitas Financeiras	97	663
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	19.387	6.878
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	19.387	6.878
7.08.01	Pessoal	4.218	3.073
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.788	2.063
7.08.01.02	Benefícios	376	207
7.08.01.03	F.G.T.S.	234	170
7.08.01.04	Outros	820	633
7.08.01.04.01	INSS	820	633
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	18	37
7.08.02.03	Municipais	18	37
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	180	3.622
7.08.03.01	Juros	180	3.622
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	14.971	146
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	14.971	146

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	1.154.199	1.170.833
1.01	Ativo Circulante	246.794	375.906
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	214.627	334.045
1.01.01.01	Caixa	162	228
1.01.01.02	Bancos	68.018	329.100
1.01.01.03	Aplicações Financeiras	146.447	4.717
1.01.03	Contas a Receber	29.182	39.291
1.01.03.01	Clientes	27.832	24.643
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.350	14.648
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.985	2.113
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.985	2.113
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	457
1.01.08.03	Outros	0	457
1.01.08.03.01	Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI's	0	457
1.02	Ativo Não Circulante	907.405	794.927
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	39.128	46.041
1.02.01.03	Contas a Receber	1.710	1.699
1.02.01.03.01	Clientes	1.710	1.699
1.02.01.06	Tributos Diferidos	12.571	12.588
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12.571	12.588
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	21.135	19.368
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	21.135	19.368
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.712	12.386
1.02.01.09.03	Certificado de recebíveis imobiliários - CRI	0	798
1.02.01.09.04	Depósitos e cauções	1.081	978
1.02.01.09.05	Aplicações financeiras vinculadas	2.631	10.610
1.02.02	Investimentos	810.975	699.919
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	810.975	699.919
1.02.03	Imobilizado	23.035	18.066
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	14.346	14.504
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	8.689	3.562
1.02.04	Intangível	34.267	30.901
1.02.04.01	Intangíveis	34.267	30.901
1.02.04.01.02	Vida Útil Indefinida	25.154	25.154
1.02.04.01.03	Vida Útil Definida	9.113	5.747

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	1.154.199	1.170.833
2.01	Passivo Circulante	101.739	172.379
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.081	1.921
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.081	1.921
2.01.02	Fornecedores	15.007	3.858
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	15.007	3.858
2.01.03	Obrigações Fiscais	21.243	21.398
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	21.243	21.398
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	16.894	15.243
2.01.03.01.03	Impostos Parcelados	4.349	6.155
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	9.150	25.856
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	9.150	25.856
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	4.925	21.135
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	4.225	4.721
2.01.05	Outras Obrigações	54.258	119.346
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	14.731	14.848
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	14.731	14.848
2.01.05.02	Outros	39.527	104.498
2.01.05.02.04	Contas a pagar - compra de imóveis	13.603	969
2.01.05.02.05	Cédulas de Crédito Imobiliário - CCIs	20.681	99.500
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	5.243	4.029
2.02	Passivo Não Circulante	666.375	627.340
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	378.994	321.915
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	378.994	321.915
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	378.994	321.915
2.02.02	Outras Obrigações	226.283	243.303
2.02.02.02	Outros	226.283	243.303
2.02.02.02.03	Impostos Parcelados	21.778	21.764
2.02.02.02.04	Contas a Pagar - Compra de Imóveis	3.084	116
2.02.02.02.05	Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI	201.421	221.423
2.02.03	Tributos Diferidos	41.874	41.898
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	41.874	41.898
2.02.04	Provisões	5.333	6.210
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.333	6.210
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	4.720	5.695
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	273	201
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	340	314
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	13.891	14.014
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	13.891	14.014
2.02.06.02.01	Receitas de Cessões a Apropriar	13.891	14.014
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	386.085	371.114
2.03.01	Capital Social Realizado	317.813	317.813
2.03.03	Reservas de Reavaliação	108.424	108.535
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-40.152	-55.234

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	32.538	63.140	27.689	54.227
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-6.316	-12.561	-5.671	-11.865
3.03	Resultado Bruto	26.222	50.579	22.018	42.362
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.964	-11.727	-4.770	-8.341
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.081	-14.969	-5.951	-11.365
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.117	3.242	1.181	3.024
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	20.258	38.852	17.248	34.021
3.06	Resultado Financeiro	-4.817	-15.963	-14.058	-28.317
3.06.01	Receitas Financeiras	23.329	33.196	735	3.432
3.06.02	Despesas Financeiras	-28.146	-49.159	-14.793	-31.749
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	15.441	22.889	3.190	5.704
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-4.242	-7.918	-3.217	-5.558
3.08.01	Corrente	-4.249	-7.925	-3.217	-5.558
3.08.02	Diferido	7	7	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	11.199	14.971	-27	146
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	11.199	14.971	-27	146
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	11.199	14.971	-27	146
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,22185	0,29657	-0,00053	0,00289

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	26.937	14.905
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	33.464	28.520
6.01.01.01	Lucro líquido do trimestre	14.971	146
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	5.217	4.672
6.01.01.03	Baixas do ativo imobilizado	0	790
6.01.01.04	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19	300
6.01.01.05	Receita de aluguel a faturar	-2.216	-2.092
6.01.01.06	Reversão de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	-975	-932
6.01.01.07	Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos e CCI	32.133	27.064
6.01.01.08	Atualização monetária da provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	98	0
6.01.01.09	IR e CS diferidos	-7	0
6.01.01.10	Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-21.815	0
6.01.01.11	Variação cambial sobre outros ativos e passivos	6.039	0
6.01.01.12	Resultado líquido do ativo imobilizado alienado	0	-1.428
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	25.361	4.489
6.01.02.01	Contas a receber	-1.003	3.800
6.01.02.02	Impostos a recuperar	-872	-391
6.01.02.03	Outras contas a receber	13.298	263
6.01.02.04	Depósitos e cauções	-103	-26
6.01.02.05	Fornecedores	11.149	-639
6.01.02.06	Impostos taxas e contribuições	1.641	2.079
6.01.02.07	Salários e encargos sociais	160	-318
6.01.02.08	Receitas de cessões a apropriar	-123	165
6.01.02.09	Outras contas a pagar	1.214	-444
6.01.03	Outros	-31.888	-18.104
6.01.03.01	Pagamento de juros	-31.888	-18.104
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-111.775	4.558
6.02.01	Recebimento de bens destinados a venda	0	26.822
6.02.02	Aplicações financeiras vinculadas	7.979	577
6.02.03	Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	1.255	0
6.02.04	Aquisição de propriedades para investimento, ativo imobilizado e de bens do ativo intangível	-121.009	-22.841
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-27.141	-5.305
6.03.01	Captação de empréstimos, financiamentos e CCI's	78.960	73.611
6.03.02	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e CCI	-119.437	-69.267
6.03.03	Contas a pagar - compra de imóveis	15.602	-3.465
6.03.04	Impostos parcelados	-1.792	0
6.03.05	Partes relacionadas	-474	-6.184
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-7.439	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-119.418	14.158
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	334.045	12.143
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	214.627	26.301

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	317.813	108.535	0	-55.234	0	371.114	0	371.114
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	317.813	108.535	0	-55.234	0	371.114	0	371.114
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	14.971	0	14.971	0	14.971
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	14.971	0	14.971	0	14.971
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-111	0	111	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-111	0	111	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	317.813	108.424	0	-40.152	0	386.085	0	386.085

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	317.813	108.701	0	-44.045	0	382.469	0	382.469
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	317.813	108.701	0	-44.045	0	382.469	0	382.469
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	146	0	146	0	146
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	146	0	146	0	146
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-110	0	110	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-110	0	110	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	317.813	108.591	0	-43.789	0	382.615	0	382.615

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	66.578	57.730
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	66.597	58.030
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-19	-300
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-12.840	-8.805
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-12.840	-8.805
7.03	Valor Adicionado Bruto	53.738	48.925
7.04	Retenções	-5.217	-4.672
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.217	-4.672
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	48.521	44.253
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	33.196	3.432
7.06.02	Receitas Financeiras	33.196	3.432
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	81.717	47.685
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	81.717	47.685
7.08.01	Pessoal	6.212	5.221
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.097	3.709
7.08.01.02	Benefícios	590	332
7.08.01.03	F.G.T.S.	259	219
7.08.01.04	Outros	1.266	961
7.08.01.04.01	INSS	1.266	961
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	11.375	10.569
7.08.02.01	Federais	10.659	8.805
7.08.02.03	Municipais	716	1.764
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	49.159	31.749
7.08.03.01	Juros	49.159	31.749
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	14.971	146
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	14.971	146

Comentário do Desempenho BRASIL General Shopping

São Paulo, 15 de agosto de 2011 – A General Shopping Brasil S/A [BMF&Bovespa: GSHP3], empresa com expressiva participação no mercado de shoppings centers do Brasil, anuncia hoje seus resultados do 2T11. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto onde indicado em contrário, são apresentadas com base em números consolidados e em milhares de reais, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil.



2T11



Índice de
Ações com Tag Along
Diferenciado **ITAG**

Índice de
Ações com Governança
Corporativa Diferenciada **IGC**

abrasca
companhia associada

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Alessandro Poli Veronezi
Diretor de Relação com Investidores

Marcio Snioka
Gerente de Rel. com Investidores

dri@generalshopping.com.br
(55 11) 3159-5100

www.generalshopping.com.br

FIRB
FINANCIAL INVESTOR RELATIONS

Silvia Pinheiro
(55 11) 3500-5564
silvia.pinheiro@firb.com

RECEITA BRUTA CRESCE 16,5% E NOI 19,0% NO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2011

- A Receita Bruta da General Shopping Brasil S/A no segundo trimestre de 2011 - 2T11 - atingiu R\$ 34,9 milhões, com crescimento de 16,5% em comparação à receita de R\$ 30,0 milhões no segundo trimestre de 2010 - 2T10. No 1S11, a receita bruta cresceu 14,6% em relação ao 1S10, alcançando R\$ 67,8 milhões.
- O NOI Consolidado do 2T11 registrou R\$ 28,7 milhões, com margem de 88,3% e crescimento de 19,0% em relação aos R\$ 24,1 milhões no 2T10. No 1S11 o NOI consolidado foi de R\$ 55,6 milhões, com margem de 88,1% e crescimento de 18,7% em comparação com 1S10.
- O Lucro Bruto no 2T11 foi de R\$ 26,2 milhões, com margem de 80,6% e crescimento de 19,1% em comparação aos R\$ 22,0 milhões do 2T10. No 1S11 o lucro bruto totalizou R\$ 50,6 milhões, com margem de 80,1% e crescimento de 19,4% em relação ao 1S10.
- O Ebitda ajustado no 2T11 atingiu R\$ 22,9 milhões, com margem de 70,3% e crescimento de 17,1% em relação aos R\$ 19,5 milhões do 2T10. No 1S11, o EBITDA ajustado foi de R\$ 44,1 milhões, margem de 69,8%, com crescimento de 15,4% em comparação ao 1S10.
- O FFO ajustado registrou R\$ 13,8 milhões no 2T11, com margem de 42,4% e crescimento de R\$ 11,5 milhões em comparação aos R\$ 2,3 milhões do 2T10. No 1S11 o FFO ajustado totalizou R\$ 20,2 milhões, com margem de 32,0% e crescimento de R\$ 15,9 milhões em relação ao 1S10.
- O Lucro Líquido Ajustado no 2T11 foi de R\$ 11,2 milhões, com margem de 34,4% e crescimento de R\$ 11,1 milhões em comparação com o 2T10. No 1S11 o lucro líquido ajustado totalizou R\$ 15,0 milhões, com margem de 23,7% e crescimento de R\$ 15,3 milhões, em comparação com o 1S10.

Destaques Financeiros e Operacionais Consolidados

R\$ mil	2T10	2T11	Var.	1S10	1S11	Var.
Receita Bruta Total	29.966	34.924	16,5%	59.138	67.760	14,6%
Aluguel (Shoppings)	23.614	27.536	16,6%	46.654	53.514	14,7%
Serviços	6.352	7.388	16,3%	12.484	14.246	14,1%
NOI Consolidado	24.149	28.739	19,0%	46.868	55.621	18,7%
EBITDA Ajustado	19.531	22.868	17,1%	38.190	44.070	15,4%
Resultado Líquido Ajustado	50	11.199	-	-358	14.971	-
FFO Ajustado	2.256	13.808	512,1%	4.315	20.189	367,9%
Margem NOI	87,2%	88,3%	1,1 p.p.	86,4%	88,1%	1,7 p.p.
Margem EBITDA Ajustado	70,5%	70,3%	-0,2 p.p.	70,4%	69,8%	-0,6 p.p.
Margem Resultado Líquido Ajustado	0,2%	34,4%	34,2 p.p.	-0,7%	23,7%	24,4 p.p.
Margem FFO Ajustado	8,1%	42,4%	34,3 p.p.	8,0%	32,0%	24,0 p.p.
Receita Bruta por m²	159,62	181,04	13,4%	316,00	353,83	12,0%
NOI por m²	128,63	148,98	15,8%	250,43	290,44	16,0%
EBITDA Ajustado por m²	104,03	118,54	13,9%	204,07	230,13	12,8%
Resultado Líquido Ajustado m²	0,27	58,05	-	-1,91	78,18	-
FFO Ajustado por m²	12,02	71,58	495,7%	23,06	105,42	357,2%
ABL Própria - Média do Período (m²)	187.738	192.906	2,8%	187.148	191.503	2,3%
ABL Própria - Final do Período (m²)	190.100	192.906	1,5%	190.100	192.906	1,5%

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

Em mais um final de trimestre a General Shopping Brasil S/A vem reportar seu desempenho operacional e financeiro.

No 2T11 (2º trimestre de 2011), a receita bruta total cresceu 16,5% sobre 2T10, em mesmo período que a ABL (área bruta locável) própria da Companhia cresceu 1,5%. Desse crescimento, a receita de serviços cresceu 16,3% no 2T11 sobre 2T10, enquanto a receita de aluguéis cresceu 16,6%, tendo o aluguel mínimo crescido 12,8% e o aluguel sobre percentual de vendas crescido 29,4% no mesmo período. As vendas de lojistas em mesmas áreas cresceram 12,6% no período.

Em razão de melhor ocupação das áreas e controle de custos, a margem NOI subiu para 88,3% com NOI consolidado de R\$ 28,7 milhões no 2T11. Enquanto o NOI consolidado cresceu 19% no 2T11 sobre 2T10, o Ebitda ajustado cresceu menos (17,1%), com ligeiro decréscimo de 0,2 pp em margem para 70,3%, por conta do aumento de despesas, em especial as de comercialização e publicidade por conta do desenvolvimento de novos projetos e maiores divulgações de IFRS.

Analizando a estrutura de capital da Companhia, notamos melhoria do resultado financeiro no 2T11 sobre 2T10, tanto por aumento da receita financeira quanto por redução da despesa financeira. Nota-se também o alongamento do perfil de dívida.

Como reflexo das melhorias operacionais e financeiras do 2T10 para 2T11, crescem significativamente o resultado líquido ajustado (margens respectivas de 0,2% para 34,4%) e o FFO ajustado (margens respectivas de 8,1% para 42,4%).

Nas participações nos shoppings centers, aumentamos nossa participação no Shopping Light em 19,9% assumindo participação de um consorciado que rescindiu sua participação por não pagamento de aluguel relativo ao uso do prédio, de propriedade da Companhia. Por outro lado, a RB Capital obteve registro junto a CVM de Fundo de Investimento Imobiliário visando adquirir participação de 44% (quarenta e quatro por cento) do Parque Shopping Sulacap, em desenvolvimento, por R\$ 107,8 milhões em evento subsequente ao 2T11. Também subsequente, anunciamos crescimento do cronograma de desenvolvimentos da Companhia com o lançamento do Shopping Atibaia, em linha com o modelo de "Shopping Centers Abertos" como comentamos anteriormente.

Ainda, sobre as próximas inaugurações, já ultrapassamos 90% comercializados do Parque Shopping Barueri (a inaugurar no 4T11) e 85% do Outlet Premium Brasília (a inaugurar no 1T12).

Finalmente, mais uma vez agradecemos a nossos colaboradores, lojistas, clientes e visitantes de nossos shopping center por sua contribuição.

Alessandro Poli Veronezi,
Diretor de Relações com Investidores

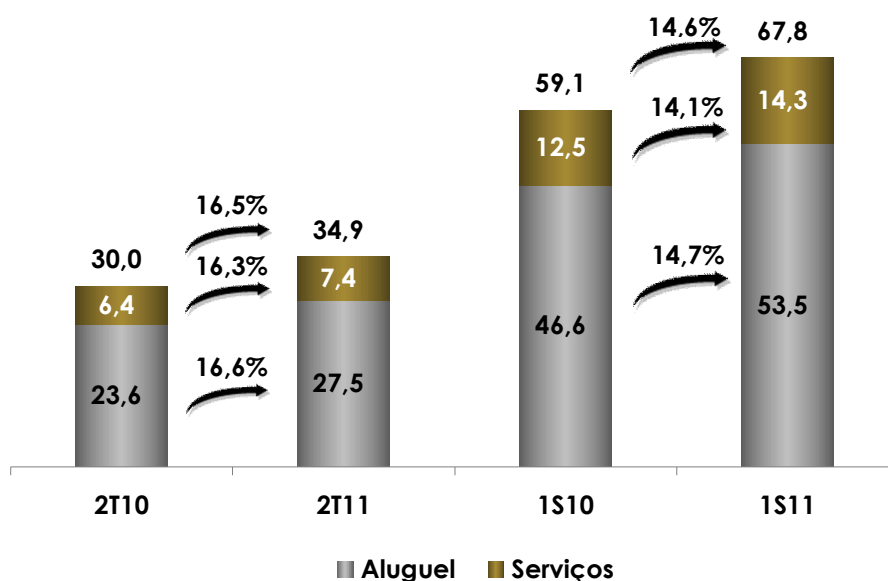
RECEITA BRUTA

A receita bruta total da companhia neste trimestre foi de R\$ 34,9 milhões, representando um crescimento de 16,5% em relação ao 2T10. No 1S11, esta receita foi de R\$ 67,8 milhões, crescimento de 14,6% em relação ao mesmo período de 1S10.

A receita bruta de aluguéis, que no 2T11 representou 78,8% da receita bruta total, totalizou R\$ 27,5 milhões, um crescimento de 16,6% em relação ao 2T10. Os principais fatores que contribuíram para este crescimento foram o aumento da participação no Outlet Premium São Paulo, de 30% para 50%, além do crescimento real e dos reajustes anuais dos aluguéis. No 1S11, esta receita foi de R\$ 53,5 milhões, um acréscimo de 14,7% em relação a 1S10.

A receita bruta de serviços no 2T11 totalizou R\$ 7,4 milhões, representando um crescimento de 16,3% em relação ao 2T10, e R\$ 14,3 milhões no 1S11, 14,1% de crescimento em comparação com o 1S10.

EVOLUÇÃO DA RECEITA BRUTA (R\$ milhões)



RECEITA DE ALUGUÉIS

As receitas de aluguéis da Companhia, que totalizaram no 2T11 R\$ 27,5 milhões, são divididas entre aluguel mínimo, aluguel percentual de vendas, luvas, merchandising e linearização da receita.

Composição da Receita de Aluguéis

R\$ milhões	2T10	2T11	Var.	1S10	1S11	Var.
Aluguel Mínimo	18,0	20,3	12,8%	35,7	40,3	12,6%
Aluguel Percentual de Vendas	2,4	3,1	29,4%	4,3	5,4	23,7%
Luvas	1,0	1,1	9,6%	2,0	2,1	6,4%
Merchandising	1,2	1,9	60,3%	2,5	3,5	41,7%
Linearização da Receita	1,0	1,1	8,1%	2,1	2,2	7,4%
Total	23,6	27,5	16,6%	46,6	53,5	14,7%

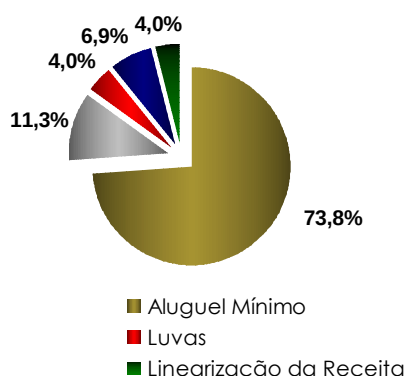
As receitas de aluguel mínimo no 2T11 cresceram R\$ 2,3 milhões, ou 12,8%, em relação ao 2T10. Comparando 1S11 com 1S10, o crescimento foi de R\$ 4,6 milhões, ou 12,6%.

O aluguel percentual de vendas cresceu 29,4% na comparação entre os dois períodos, reflexo da boa performance do varejo. Considerando 1S11 em relação a 1S10, o acréscimo foi de 23,7%.

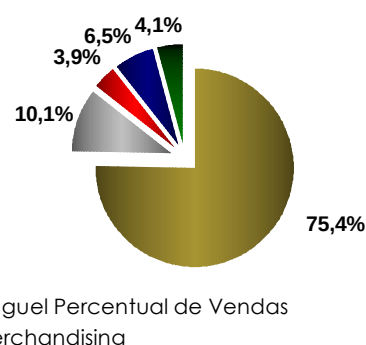
Os aluguéis temporários (Merchandising) do 2T11 totalizaram R\$ 1,9 milhões, crescimento de R\$ 0,7 milhão, ou 60,3% comparado com o 2T10, e R\$ 3,5 milhões no 1S11, acréscimo de 41,7% em comparação com o 1S10.

As receitas de aluguel mínimo representaram no 2T11 73,8% da receita total de aluguéis, enquanto no 2T10 representavam 76,3%. No 1S11, representaram 75,4%, comparado com 76,6% no 1S10.

RECEITA DE ALUGUÉIS - 2T11



RECEITA DE ALUGUÉIS - 1S11



RECEITA DE SERVIÇOS

No 2T11 as receitas de serviços totalizaram R\$ 7,4 milhões, representando um crescimento de 16,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. No 1S11, estas receitas foram de R\$ 14,3 milhões, acréscimo de 14,1% em comparação com o 1S10.

Composição da Receita de Serviços

R\$ milhões	2T10	2T11	Var.	1S10	1S11	Var.
Estacionamento	4,9	5,8	18,1%	9,5	11,0	16,3%
Energia	0,9	1,0	8,8%	1,9	1,9	0,2%
Água	0,4	0,4	4,7%	0,7	0,8	4,8%
Administração	0,2	0,2	26,6%	0,4	0,6	44,9%
Total	6,4	7,4	16,3%	12,5	14,3	14,1%

As receitas de estacionamento no 2T11 foram de R\$ 5,8 milhões, um crescimento de R\$ 0,9 milhão, equivalente a 18,1% de crescimento em relação ao 2T10. Este resultado foi decorrente da implantação da cobrança nos shoppings Poli Osasco (Ago/10) e Vale (Ago/10), além do crescimento das receitas das demais operações.

As receitas da gestão do suprimento de energia foram de R\$ 1,0 milhão no 2T11, representando um acréscimo de 8,8% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Este resultado foi em função do início do faturamento destes serviços nos shoppings do Vale (Set/10) e Outlet Premium São Paulo (Nov/10). No 1S11 tivemos R\$ 1,9 milhões, praticamente o mesmo patamar do 1S10.

No 2T11, as receitas da gestão do suprimento de água totalizaram R\$ 0,4 milhão, 4,7% maior que no 2T10, e R\$ 0,8 milhão no 1S11, acréscimo de 4,8% comparado com o 1S10.

DEDUÇÕES DA RECEITA (impostos, descontos e cancelamentos)

Os impostos, descontos e cancelamentos aplicáveis a receita bruta totalizaram R\$ 2,4 milhões no 2T11, 6,8% da receita bruta em comparação ao 2T10, que representou 7,6%. No 1S11, tivemos R\$ 4,6 milhões, 6,8% da receita bruta enquanto em 1S10, este percentual foi de 8,3%.

Os impostos sobre faturamento (PIS/COFINS/ISS) totalizaram R\$ 1,8 milhão no 2T11, representando uma redução de R\$ 0,1 milhão em relação ao 2T10. Apesar da maior receita bruta no 2T11, o valor de impostos sobre faturamento sofreu esta redução devido à mudança do regime tributário ocorrido em algumas das empresas do Grupo. No 1S11, o montante foi de R\$ 3,5 milhões, um decréscimo de R\$ 0,3 milhão comparado com 1S10.

Neste trimestre, os descontos e cancelamentos foram de R\$ 0,6 milhão, o que representa acréscimo de R\$ 0,2 milhão comparado com o 2T10. No 1S11, registramos um pequeno acréscimo de R\$ 0,1 milhão em comparação com 1S10.

RECEITA LÍQUIDA DE ALUGUÉIS E SERVIÇOS

A Receita Líquida totalizou, no 2T11, R\$ 32,5 milhões, um crescimento de 17,5% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. No 1S11, tivemos R\$ 63,1 milhões, 16,4% maior que no 1S10.

CUSTO DOS ALUGUÉIS E SERVIÇOS

No 2T11 os custos dos aluguéis e serviços apresentaram um acréscimo de 11,4%, alcançando R\$ 6,3 milhões. Neste semestre, estes custos foram de R\$ 12,6 milhões, 5,9% de aumento em comparação ao semestre do ano anterior.

Custos dos Aluguéis e dos Serviços Prestados

R\$ milhões	2T10	2T11	Var.	1S10	1S11	Var.
Pessoal	0,2	0,3	16,7%	0,5	0,6	14,4%
Depreciação	2,2	2,5	18,2%	4,5	5,0	11,9%
Ocupação	2,1	1,9	-11,7%	4,4	3,8	-13,4%
Serviços de Terceiros	1,2	1,6	40,8%	2,5	3,2	26,8%
Total	5,7	6,3	11,4%	11,9	12,6	5,9%

Custo de Pessoal

Os custos de pessoal foram de R\$ 0,3 milhão neste trimestre, apresentando um acréscimo de R\$ 0,1 milhão, ou 16,7% em comparação com o 2T10. Este acréscimo deve se às novas operações, e ao dissídio anual e aos benefícios concedidos. No 1S11 este montante foi de R\$ 0,6 milhão, 14,4% maior que em 1S10.

Comentário do Desempenho

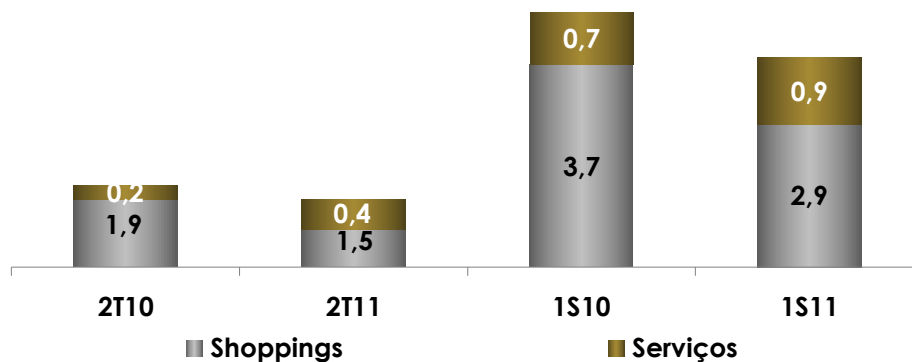
Custo de Depreciação

Os custos de depreciação foram de R\$ 2,5 milhões no 2T11, 18,2% maior que no 2T10. No 1S11 tivemos R\$ 5,0 milhões, 11,9% maior que no 1S10.

Custo de Ocupação

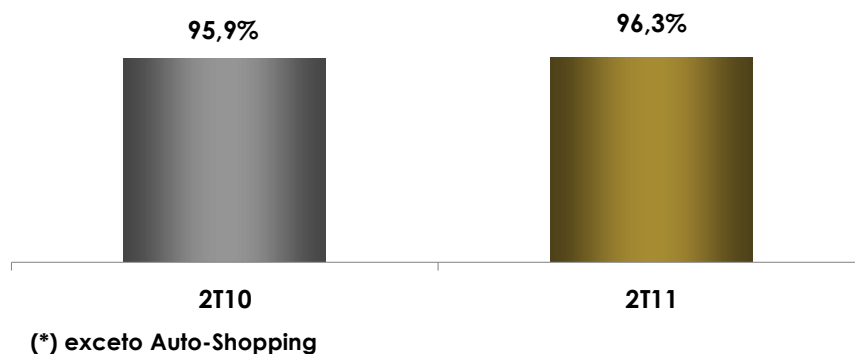
Neste trimestre, os custos de ocupação totalizaram R\$ 1,9 milhão, R\$ 0,2 milhão ou 11,7% menor que no 2T10. No 1S11, este montante foi de R\$ 3,8 milhões, um decréscimo de R\$ 0,6 milhão, ou 13,4%, comparado com o 1S10.

CUSTO DE OCUPAÇÃO (R\$ milhões)



Os custos de ocupação dos shoppings centers foram de R\$ 1,5 milhão no 2T11, uma redução de R\$ 0,4 milhão em relação ao 2T10. Esta redução foi decorrente principalmente do crescimento na taxa de ocupação e redução nos custos nos condomínios. No 1S11 o custo de ocupação foi de R\$ 2,9 milhões, uma redução de R\$ 0,8 milhão em relação ao 1S10.

EVOLUÇÃO DA TAXA DE OCUPAÇÃO (*)



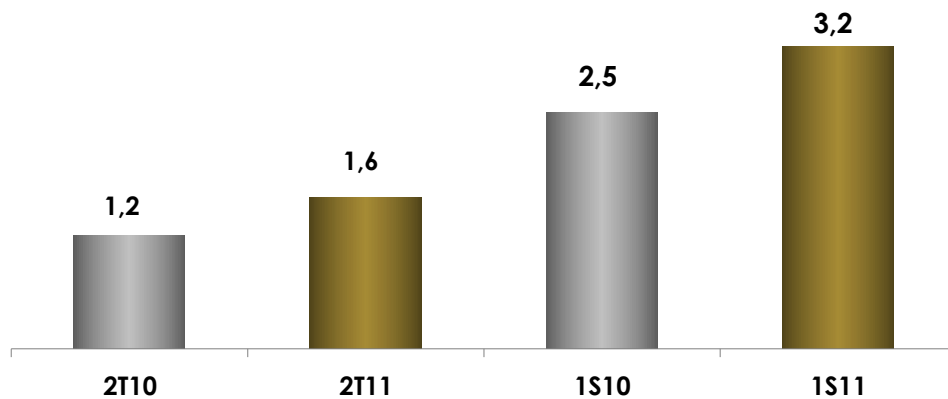
Os custos de ocupação dos serviços totalizaram R\$ 0,4 milhão no 2T11, um acréscimo de R\$ 0,2 milhão em comparação com o 2T10. Este acréscimo foi decorrente da implantação das novas operações de estacionamento. No 1S11 tivemos R\$ 0,9 milhão, acréscimo de R\$ 0,2 milhão em comparação com 1S10.

Comentário do Desempenho

Custo de Serviços de Terceiros

Os custos de serviços de terceiros no 2T11, relativos a estacionamentos, foram de R\$ 1,6 milhão, um acréscimo de R\$ 0,4 milhão em comparação com o 2T10. Este crescimento foi decorrente da implantação das novas operações de estacionamento. No 1S11, estes custos foram de R\$ 3,2 milhões, um acréscimo de R\$ 0,7 milhão em comparação com 1S10.

CUSTO COM SERVIÇOS DE TERCEIROS (R\$ milhões)

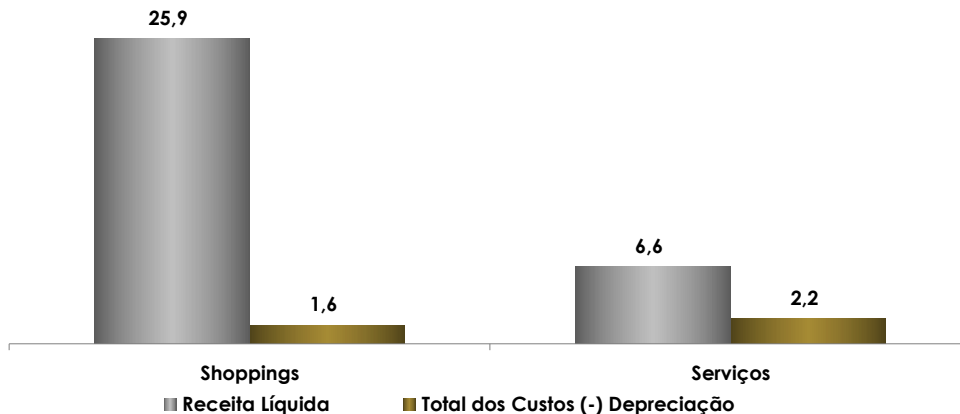


LUCRO BRUTO

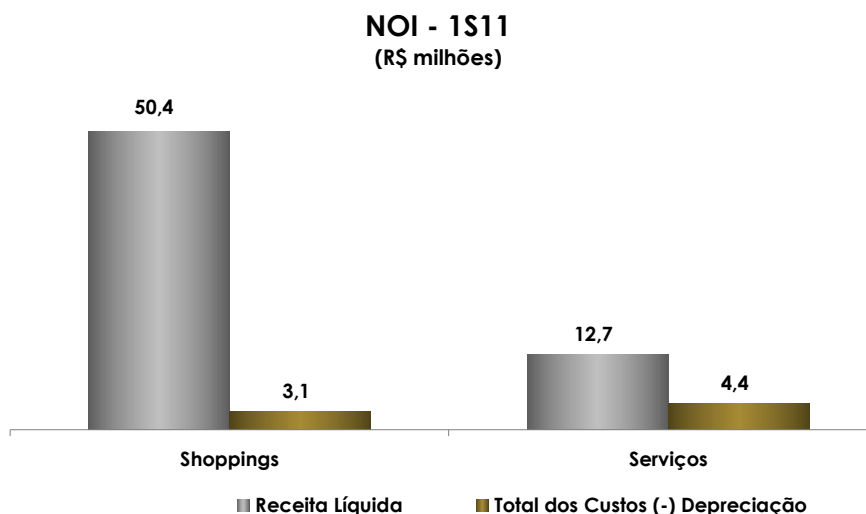
O lucro bruto no 2T11 foi de R\$ 26,2 milhões, com crescimento de 19,1% comparado aos R\$ 22,0 milhões no 2T10, margem de 80,6%. No 1S11, tivemos R\$ 50,6 milhões, com margem de 80,1% e aumento de 19,4% em comparação com 1S10.

No 2T11 o NOI consolidado da Companhia foi de R\$ 28,7 milhões. O NOI das operações de Shopping Center foi de R\$ 24,3 milhões e o de Serviços foi de R\$ 4,4 milhões.

NOI - 2T11 (R\$ milhões)



Já no 1S11, tivemos R\$ 55,6 milhões, sendo que o NOI das operações de Shopping Center representou R\$ 47,3 milhões e o de Serviços foi de R\$ 8,3 milhões.



DESPESAS OPERACIONAIS E OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

No 2T11, as despesas operacionais e outras receitas operacionais apresentaram um aumento líquido R\$ 1,2 milhão, decorrentes do aumento de R\$ 2,1 milhões nas Despesas Gerais e Administrativas, e pelo aumento das Outras Receitas Operacionais de R\$ 0,9 milhão. No 1S11, as despesas operacionais e outras receitas operacionais foram de R\$ 11,7 milhões, enquanto que no 1S10 foram de R\$ 8,3 milhões.

Despesas Operacionais e Outras Receitas Operacionais

R\$ milhões	2T10	2T11	Var.	1S10	1S11	Var.
Despesas Operacionais	6,0	8,1	35,8%	11,3	14,9	31,7%
Outras Receitas Operacionais	(1,2)	(2,1)	79,4%	(3,0)	(3,2)	7,2%
Total	4,8	6,0	25,0%	8,3	11,7	40,6%

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas no 2T11 totalizaram R\$ 8,1 milhões, representando um aumento de 35,8%, comparado com 2T10. No 1S11, este valor foi de R\$ 14,9 milhões, 31,7% maior que no 1S10.

Despesas Gerais e Administrativas

R\$ milhões	2T10	2T11	Var.	1S10	1S11	Var.
Publicidade e Propaganda	0,2	0,8	263,3%	0,2	1,0	370,2%
PDD	-	-	-	0,3	-	-
Despesas com Pessoal	2,6	3,1	18,1%	4,7	5,7	19,4%
Serviços de Terceiros	1,3	1,6	30,5%	2,8	3,5	26,6%
Despesas de Comercialização	0,2	1,1	477,6%	0,3	1,7	389,8%
Não Recorrentes	0,1	-	-	(0,5)	-	-
Outras Despesas	1,6	1,5	-6,7%	3,5	3,0	-12,1%
Total	6,0	8,1	35,8%	11,3	14,9	31,7%

Neste trimestre, os principais itens que contribuíram para o aumento das despesas gerais e administrativas foram o acréscimo nas despesas de comercialização, referentes aos greenfields; o acréscimo nas despesas com Publicidade e Propaganda, referente a despesas com os novos shoppings e com Publicação para atendimento das novas normas da CVM (IFRS); e o acréscimo nas despesas de pessoal em função dos reajustes anuais de salários e aumento de quadro de funcionários.

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

As outras receitas operacionais são representadas principalmente por recuperações de custos e despesas pagas pela Companhia de responsabilidade dos condomínios e outras recuperações em geral. No 2T11 as outras receitas operacionais foram de R\$ 2,1 milhões e no 2T10 de R\$ 1,2 milhão. No 1S11, este valor foi de R\$ 3,2 milhões, 7,2% maior que no 1S10.

Outras Receitas Operacionais

R\$ milhões	2T10	2T11	Var.	1S10	1S11	Var.
Recup. Despesas Condominiais	(0,6)	(0,5)	-7,9%	(1,3)	(0,8)	-28,2%
Reversão de Contingências	(0,5)	(0,7)	64,3%	(0,9)	(1,2)	32,2%
Alienação Venda Terreno	-	-	-	(0,6)	-	-
Outras Recuperações	(0,1)	(0,9)	327,3%	(0,2)	(1,2)	228,9%
Total	(1,2)	(2,1)	79,4%	(3,0)	(3,2)	7,2%

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro líquido no 2T11 foi negativo em R\$ 4,8 milhões, e no 2T10 o resultado líquido financeiro foi negativo em R\$ 14,1 milhões. Este decréscimo foi decorrente da redução no endividamento, além do ganho na variação cambial. No 1S11, registramos R\$ 16,0 milhões negativo, comparado com R\$ 28,3 milhões negativo em 1S10.

As despesas com juros referentes aos financiamentos contratados para os projetos greenfields estão sendo capitalizadas, e serão amortizadas a partir do início da operação dos shoppings.

Resultado Financeiro Líquido

R\$ milhões	2T10	2T11	Var.	1S10	1S11	Var.
Receitas	2,7	10,7	296,7%	3,4	20,5	497,6%
Juros e Variação Monetária	2,7	3,0	10,9%	3,4	4,7	37,9%
Variação Cambial	-	7,7	-	-	15,8	-
Despesas	(16,8)	(15,5)	-7,4%	(31,7)	(36,5)	14,9%
Juros e Variação Monetária	(16,7)	(8,8)	-47,0%	(31,3)	(21,0)	-32,9%
Variação Cambial	(0,1)	-	-	(0,4)	-	-
Bônus de Dívida Perpétuos	-	(6,7)	-	-	(15,5)	-
Total	(14,1)	(4,8)	-65,7%	(28,3)	(16,0)	-43,6%

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CORRENTE E DIFERIDO)

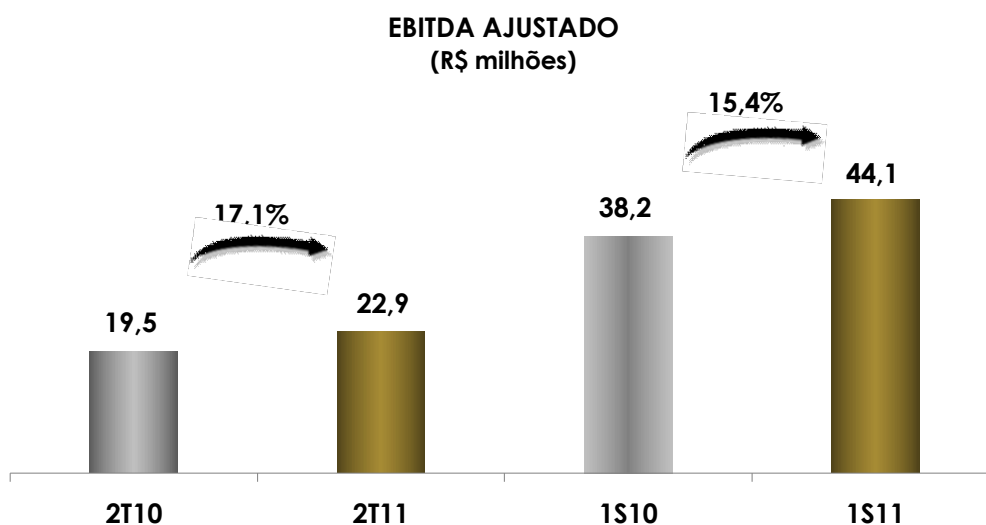
O valor do imposto de renda e da contribuição social apurado no 2T11 foi de R\$ 4,2 milhões, e no 2T10 este valor foi de R\$ 3,2 milhões. No 1S11 o imposto de renda e contribuição social foi de R\$ 7,9 milhões, um acréscimo de R\$ 2,3 milhões em comparação com 1S10.

RESULTADO LÍQUIDO AJUSTADO

No 2T11 a companhia registrou lucro líquido ajustado em R\$ 11,2 milhões, em comparação com o lucro líquido ajustado de R\$ 0,1 milhão no 2T10. No 1S11, o lucro líquido ajustado foi de R\$ 15,0 milhões, comparado ao resultado líquido ajustado que foi negativo em R\$ 0,4 milhão no 1S10.

EBITDA AJUSTADO

O EBITDA Ajustado no 2T11 foi de R\$ 22,9 milhões, com margem de 70,3%, e acréscimo de 17,1% em relação ao ano anterior, que foi de R\$ 19,5 milhões. No 1S11, este valor foi de R\$ 44,1 milhões, margem de 69,8% e crescimento de 15,4% em comparação com o 1S10.



Reconciliação do EBITDA Ajustado

R\$ milhões	2T10	2T11	Var.	1S10	1S11	Var.
Resultado líquido	0,0	11,2	-	0,1	15,0	-
(+) IRPJ / CSLL	3,2	4,2	31,9%	5,6	7,9	42,5%
(+) Resultado Financeiro Líquido	14,1	4,8	-65,7%	28,3	16,0	-43,6%
(+) Depreciação e Amortização	2,1	2,7	18,3%	4,7	5,2	11,7%
(+) Despesas Não Recorrentes	0,1	-	-	(0,5)	-	-
EBITDA Ajustado	19,5	22,9	17,1%	38,2	44,1	15,4%
Margem EBITDA Ajustado	70,5%	70,3%	-0,2 p.p.	70,4%	69,8%	-0,6 p.p.

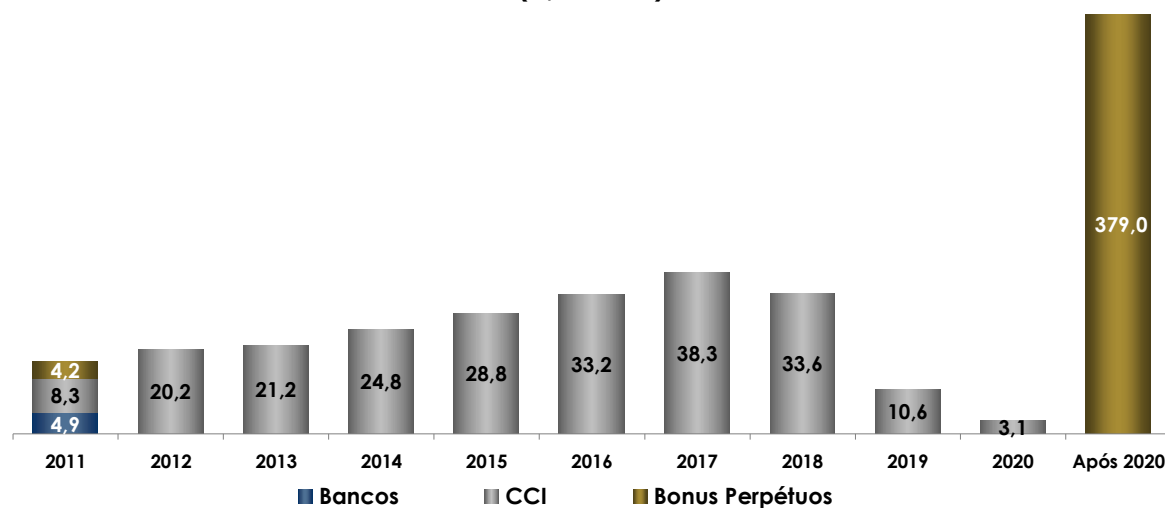
ESTRUTURA DE CAPITAL

O endividamento bruto da Companhia em 30 de junho de 2011 totalizou R\$ 610,2 milhões. Em 31 de março de 2011 este endividamento era de R\$ 544,8 milhões.

Considerando a posição de disponibilidades da companhia em 30 de junho de 2011, de R\$ 217,3 milhões, o endividamento líquido total foi de R\$ 392,9 milhões. No 1T11 o endividamento líquido foi de R\$ 347,3 milhões.

R\$ milhões															
Instituição Financeira	Vencim.	Indexador	Taxa a.a.	30/6/11	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Após 2020
Bancos	-	-	12,68%	4,9	4,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CCI - ITAÚ BBA	Jun/18	TR	11,00%	161,2	6,4	15,7	16,6	19,4	22,6	26,1	30,1	24,3	-	-	-
CCI - RB CAPITAL	Abr/20	IPCA	9,90%	60,9	1,9	4,5	4,6	5,4	6,2	7,1	8,2	9,3	10,6	3,1	-
BÔNUS DE DÍVIDA PERPÉTUOS	-	USD	10,0%	383,2	4,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	379,0
Total dos Empréstimos e Financiamentos				610,2	17,4	20,2	21,2	24,8	28,8	33,2	38,3	33,6	10,6	3,1	379,0

CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO (R\$ milhões)



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO

R\$ mil	2T10	2T11	Var.	1S10	1S11	Var.
Receita Bruta	29.966	34.924	16,5%	59.138	67.760	14,6%
De Aluguéis	23.614	27.536	16,6%	46.654	53.514	14,7%
De Serviços	6.352	7.388	16,3%	12.484	14.246	14,1%
Deduções da Receita	(2.277)	(2.386)	4,8%	(4.911)	(4.620)	-5,9%
Pis / Cofins	(1.579)	(1.454)	-7,9%	(3.247)	(2.822)	-13,1%
ISS	(283)	(328)	15,9%	(555)	(636)	14,5%
Descontos	(415)	(604)	45,7%	(1.109)	(1.162)	4,9%
Receita Líquida	27.689	32.538	17,5%	54.227	63.140	16,4%
Custos dos Aluguéis e Serviços	(5.671)	(6.316)	11,4%	(11.865)	(12.561)	5,9%
Pessoal	(245)	(286)	16,7%	(485)	(555)	14,4%
Depreciação	(2.131)	(2.517)	18,2%	(4.506)	(5.042)	11,9%
Ocupação	(2.146)	(1.894)	-11,7%	(4.356)	(3.772)	-13,4%
Serviços de Terceiros	(1.149)	(1.619)	40,8%	(2.518)	(3.192)	26,8%
Resultado Bruto	22.018	26.222	19,1%	42.362	50.579	19,4%
Despesas Operacionais	(4.770)	(5.964)	25,0%	(8.341)	(11.727)	40,6%
Gerais e Administrativas	(5.951)	(8.081)	35,8%	(11.365)	(14.969)	31,7%
Outras Receitas Operacionais	1.181	2.117	79,4%	3.024	3.242	7,2%
Lucro Antes do Resultado Financeiro	17.248	20.258	17,4%	34.021	38.852	14,2%
Resultado Financeiro	(14.058)	(4.817)	-65,7%	(28.317)	(15.963)	-43,6%
Resultado Antes do IR e da CS	3.190	15.441	383,9%	5.704	22.889	301,2%
IR/CS	(3.217)	(4.242)	31,9%	(5.558)	(7.918)	42,5%
Resultado Líquido do Período	(27)	11.199	-	146	14.971	-

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

R\$ mil	30/6/11	31/3/11
ATIVO		
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	214.627	195.184
Contas a receber	27.832	19.181
Impostos a recuperar	2.985	2.382
Outras contas a receber	1.350	17.616
Total do circulante	246.794	234.363
NÃO CIRCULANTE		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.571	12.580
Partes relacionadas	21.135	19.688
Depósitos e cauções	1.081	1.052
Contas a receber	1.710	1.701
Aplicações financeiras vinculadas	2.631	2.346
Propriedade para investimento	810.975	768.120
Imobilizado	23.035	20.433
Intangível	34.267	30.862
Total do ativo não circulante	907.405	856.782
TOTAL DO ATIVO	1.154.199	1.091.145

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CIRCULANTE		
Fornecedores	15.007	9.520
Empréstimos e financiamentos	9.150	9.339
Contas a pagar - compra de imóveis	13.603	21.199
Salários e encargos sociais	2.081	2.079
Impostos, taxas e contribuições	16.894	15.535
Impostos parcelados	4.349	5.256
Cédulas de crédito imobiliário - CCI	20.681	10.180
Partes relacionadas	14.731	14.850
Outras contas a pagar	5.243	13.827
Total do circulante	101.739	101.785
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	378.994	314.914
Contas a pagar - compra de imóveis	3.084	7.550
Receitas de cessões a apropriar	13.891	11.627
Impostos parcelados	21.778	22.188
Imposto de renda e contribuição social diferidos	41.874	41.886
Provisão para riscos cíveis, tributários, trabalhistas e previdenciários	5.333	5.916
Cédulas de crédito imobiliário - CCI	201.421	210.393
Total do passivo não circulante	666.375	614.474
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	386.085	374.886
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.154.199	1.091.145

FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

R\$ mil	30/6/11	30/6/10
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do período	14.971	146
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	5.217	4.672
Resultado líquido do ativo imobilizado alienado	-	(1.428)
Baixas de ativo imobilizado	-	790
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19	300
Receita de aluguel a faturar	(2.216)	(2.092)
Reversão de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(975)	(932)
Atualização monetária da provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	98	-
IR e CS diferidos	(7)	-
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(21.815)	-
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos e CCI's	32.133	27.064
Variação cambial sobre outros ativos e passivos	6.039	-
(Aumento) redução dos ativos operacionais:		
Contas a receber	(1.003)	3.800
Impostos a recuperar	(872)	(391)
Outras contas a receber	13.298	263
Depósitos e cauções	(103)	(26)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	11.149	(639)
Impostos taxas e contribuições	1.641	2.079
Salários e encargos sociais	160	(318)
Receitas de cessões a apropriar	(123)	165
Outras contas a pagar	1.214	(444)
Caixa gerado pelas (utilizados nas) atividades operacionais	58.825	33.009
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e CCI	(31.888)	(18.104)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	26.937	14.905
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento de bens destinados a venda	-	26.822
Aplicações financeiras vinculadas	7.979	577
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	1.255	-
Aquisição de bens do ativo imobilizado e de itens do ativo intangível	(121.009)	(22.841)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento	(111.775)	4.558
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos, financiamentos e CCI's	78.960	73.611
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e CCI	(119.437)	(69.267)
Contas a pagar - compra de imóveis	15.602	(3.465)
Impostos parcelados	(1.792)	-
Partes relacionadas	(474)	(6.184)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	(27.141)	(5.305)
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	(7.439)	-
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(119.418)	14.158
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No fim do período	214.627	26.301
No início do período	334.045	12.143

Nota: Os indicadores operacionais e financeiros não foram objetos de auditoria pelos nossos auditores independentes.

GeneralShopping

Comentário do Desempenho

GLOSSÁRIO

ABL Própria	Área bruta locável ponderada pela participação da Companhia nos Shopping Centers.
ABL Total	Área bruta locável, que corresponde à soma de todas as áreas disponíveis para a locação nos Shopping Centers, exceto quiosques e as áreas comerciais de propriedade de terceiros.
Aluguel Mínimo	Aluguel base, definido em contrato de locação.
Aluguel Percentual de Vendas	Diferença entre o aluguel mínimo e o aluguel com base no percentual de vendas do lojista.
CPC 06	Pronunciamento emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábil que trata da linearização da receita.
EBITDA Ajustado	Refere-se ao lucro bruto menos as despesas operacionais, mais a depreciação e amortização acrescida das despesas não recorrentes.
EBITDA Ajustado por m²	EBITDA Ajustado dividido pela ABL própria média no período.
FFO Ajustado	Funds From Operations: Lucro Líquido Ajustado + Depreciação + Amortização.
FFO por m²	FFO dividido pela ABL própria média no período.
Lojas Âncoras	Grandes lojas conhecidas do público, com características estruturais e mercadológicas especiais, que funcionam como força de atração de consumidores, assegurando permanente afluência e trânsito uniforme destes em todas as áreas do Shopping Center.
Lojas Satélites	Lojas de varejo especializadas, de menor porte, destinadas ao comércio em geral.
Lucro Líquido Ajustado	Lucro Líquido mais as despesas não recorrentes.
Lucro Líquido Ajustado por m²	Lucro Líquido Ajustado dividido pela ABL própria média no período.
Malls	Áreas comuns dos Shopping Centers (corredores) locadas para a colocação de stands, Quiosques e similares.
Merchandising	Aluguel de espaço para propaganda e promoções de produtos e serviços.
NOI	Net Operating Income: Receita Líquida menos custo de aluguéis e serviços, mais a depreciação e amortização
NOI por m²	NOI dividido pela ABL própria média no período.
Taxa de Ocupação	ABL locada no Shopping Center.
Vacância	ABL não locada no Shopping Center.

Notas Explicativas

GENERAL SHOPPING BRASIL S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

PARA O TRIMESTRE E SEMESTRE FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, ou quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A General Shopping Brasil S.A. (“Sociedade”) foi constituída em 6 de março de 2007 e, em 31 de março de 2007, após sucessivas operações societárias, por meio das quais a participação detida no capital das sociedades com atividades de shopping centers, bem como a participação detida no capital social das sociedades prestadoras de serviços aos shoppings centers, foi agrupada, respectivamente, em duas empresas distintas: (a) Levian Participações e Empreendimentos Ltda.; e (b) Atlas Participações Ltda.

A Sociedade negocia suas ações na BM&FBOVESPA, sob a sigla “GSHP3”.

A controladora imediata e a controladora final da Sociedade é a Golf Participações Ltda., estabelecida no Brasil.

A sede da Sociedade está localizada em São Paulo, na Avenida Angélica 2.466, conjunto 221.

A Sociedade tem como principais objetivos: (a) a administração de bens próprios e de terceiros; (b) a participação em negócios mobiliários; e (c) a incorporação imobiliária e atividades correlatas ou assemelhadas.

As controladas diretas e indiretas pela Sociedade e que foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são as seguintes:

- Atlas Participações Ltda. (“Atlas”) - tem por objeto a administração de bens próprios e a participação em outras sociedades. Atualmente, a Atlas possui participação integral no I Park Estacionamentos Ltda., Energy Comércio e Serviços de Energia Ltda., Wass Comércio e Serviços de Água Ltda., General Shopping Brasil Administradora e Serviços Ltda., Internacional Guarulhos Auto Shopping Center Ltda., Vide Serviços e Participações Ltda. e Ast Administradora e Incorporadora Ltda.
- ABK do Brasil - Empreendimentos e Participações Ltda. (“ABK”) - tem por objeto a administração de bens próprios e a participação em outras sociedades. Atualmente, a ABK é detentora de uma fração ideal de 50% do Internacional Guarulhos Auto Shopping Center.
- Ast Administradora e Incorporadora Ltda. (“Ast”) - tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros, incorporações imobiliárias, a participação em outras empresas e em empreendimentos imobiliários, bem como a locação de equipamentos de segurança e câmeras de vídeo.
- Bac Administradora e Incorporadora Ltda. (“Bac”) - tem por objeto social a incorporação de empreendimentos imobiliários.

Notas Explicativas

- BOT Administradora e Incorporadora Ltda. (“BOT”) - tem por objeto social a incorporação de empreendimentos imobiliários. A BOT é detentora de 50% das cotas do Outlet Premium, possuindo opção de compra de mais 20% deste empreendimento. Em 25 de abril de 2011, foi alterada a razão social de BR Outlet Administradora e Incorporadora Ltda para BOT Administradora e Incorporadora Ltda.
- Brassul Shopping Administradora e Incorporadora Ltda. (“Brassul”) - tem por objeto a administração de bens próprios e de terceiros e a incorporação imobiliária. A Brassul é detentora de 99,99% das cotas da Sale Empreendimentos e Participações Ltda.
- Cly Administradora e Incorporadora Ltda. (“Cly”) - tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros, incorporação imobiliárias, a participação em outras empresas e em empreendimentos imobiliários. A Cly é detentora de 100% das cotas do Internacional Shopping Guarulhos.
- Delta Shopping Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“Delta”) - tem por objeto a administração de bens próprios e de terceiros, a incorporação imobiliária e a participação em outras empresas e empreendimentos imobiliários.
- Energy Comércio e Serviços de Energia Ltda. (“Energy”) - tem por objeto a compra, a venda e a locação de equipamentos para geração, transmissão e distribuição de energia, e a prestação de serviços de instalação, manutenção e consultoria. Atualmente, a Energy presta serviços de locação de equipamentos para geração, transmissão e distribuição de energia ao Internacional Shopping Guarulhos, Internacional Guarulhos Auto Shopping Center, Shopping Light, Santana Parque Shopping, Suzano, Shopping do Vale e Outlet Premium.
- Fonte Administradora e Incorporadora Ltda. (“Fonte”) - tem por objeto a administração de bens próprios e de terceiros e a incorporação imobiliária. A Fonte é proprietária de 95% de um terreno onde será desenvolvido o Shopping Sulacap no Rio de Janeiro.
- Fundo de Investimento Imobiliário. (“FII Top Center”) – cujo objeto consiste: (a) na aquisição do imóvel que compõe o shopping Center denominado Top Center; e (b) outro empreendimento imobiliário, desde que aprovado pela Assembléia Geral de Cotistas, visando auferir receitas por meio da valorização dos imóveis, da locação ou do arrendamento e das vendas dos imóveis integrantes do seu patrimônio imoniliário, conforme permitido pelo Regulamento do fundo, pela lei e disposições da CVM.
- General Shopping Brasil Administradora e Serviços Ltda. (“GSB Administradora”) - tem por objeto a administração de bens próprios ou de terceiros, a prestação de serviços de administração de centros comerciais, a prestação de serviços de administração predial, a prestação de outros serviços complementares, suplementares ou correlatos às suas atividades, e, também, a participação em outras sociedades, sob qualquer forma. Atualmente, a GSB Administradora é administradora do Internacional Guarulhos Shopping Center, do Suzano Shopping Center, do Poli Shopping Osasco, do Prudente Parque Shopping, do Cascavel JL Shopping, do Shopping do Vale, do Top Center, do Outlet Premium e do Unimart Shopping.
- General Shopping Finance Limited. (“General Shopping Finance”) - Sociedade sediada nas Ilhas Cayman, que tem por objeto social desenvolver atividades e operações relativas à Sociedade ou a suas subsidiárias.

Notas Explicativas

- General Shopping Finance Limited II (“General Shopping Finance II”) - Sociedade sediada nas Ilhas Cayman, que tem por objeto social desenvolver atividades e operações relativas à Sociedade ou a suas subsidiárias.
- I Park Estacionamentos Ltda. (“I Park”) - tem por objeto a exploração do ramo específico de estacionamento de veículos automotores em geral, próprios ou de terceiros, por administração. Atualmente, a I Park é responsável pela administração dos estacionamentos do Internacional Guarulhos Auto Shopping Center, do Internacional Guarulhos Shopping Center, do Shopping Light, do Santana Parque Shopping, do Suzano Shopping Center, do Cascavel JL Shopping, do Outlet Premium, Unimart, Shoppoing do Vale e do poli Shopping Osasco.
- Internacional Guarulhos Auto Shopping Center Ltda. (“ASG Administradora”) - tem por objeto a administração de bens próprios ou de terceiros, a prestação de serviços de administração de centros comerciais, a prestação de serviços de administração predial, a prestação de outros serviços complementares, suplementares ou correlatos às suas atividades, e, também, a participação em outras sociedades, sob qualquer forma. Atualmente, a ASG Administradora é administradora do Internacional Guarulhos Auto Shopping Center.
- Intesp Shopping Administradora e Incorporadora Ltda. (“Intesp”) - tem por objeto a administração de bens próprios e de terceiros e a incorporação imobiliária. A Intesp é detentora de 99,5% do Poli Shopping Osasco.
- Jud Administradora e Incorporadora Ltda. (“Jud”) – tem por objeto a administração de bens próprios e de terceiros, incorporações imobiliárias, a participação em outras empresas e em empreendimentos imobiliários. A Jud detém 100% das cotas do FII Top Center.
- Levian Participações e Empreendimentos Ltda. (“Levian”) - tem por objeto a administração de bens próprios, a participação em outras sociedades e demais atividades complementares e correlatas. Atualmente, a Levian é detentora de uma fração ideal de 50% do Internacional Guarulhos Auto Shopping Center, de 0,5% do Prudente Parque Shopping e do Poli Shopping Osasco e de 0,5% do que será construído na cidade de Atibaia.
- Atualmente, a Levian possui participação na ABK do Brasil, Poli Shopping Center Empreendimentos Ltda., Lumen Shopping Administradora e Incorporadora Ltda., Lux Shopping Administradora e Incorporadora Ltda., Securis Administradora e Incorporadora Ltda., Delta Shopping Empreendimentos Imobiliários Ltda., Park Shopping Administradora e Incorporadora Ltda., Nova União Administradora e Incorporadora S.A., Sulishopping Empreendimentos Ltda., Send Empreendimentos e Participações Ltda., Manzanza Consultoria e Administração de Shopping Centers Ltda., Uniplaza Empreendimento Participação e Administração de Centro de Compras Ltda., Brassul Shopping Administradora e Incorporadora Ltda., Intesp Shopping Administradora e Incorporadora Ltda., PP Administradora e Incorporadora Ltda., Paulis Shopping Administradora e Incorporadora Ltda., Fonte Administradora e Incorporadora Ltda., Zuz Administradora e Incorporadora Ltda., POL Administradora e Incorporadora Ltda., Jud Administradora e Incorporadora Ltda., Vul Administradora e Incorporadora Ltda., BOT Administradora e Incorporadora Ltda., Cly Administradora e Incorporadora Ltda., Bud Administradora e Incorporadora Ltda., Bac Administradora e Incorporadora Ltda., Sale Empreendimentos e Participações Ltda, ERS Administradora e Incorporadora Ltda; MAI Administradora e

Notas Explicativas

Incorporadora Ltda, FLK Administradora e Incorporadora Ltda, Premium Outlet Administradora e Incorporadora Ltda e BR Outlet Administradora e Incorporadora Ltda

- Lumen Shopping Administradora e Incorporadora Ltda. (“Lumen”) - tem por objeto a administração de bens próprios e de terceiros, a participação em negócios mobiliários e imobiliários, a incorporação imobiliária e atividades correlatas ou assemelhadas. Em 26 de junho de 2007, a Lumen celebrou um Instrumento Particular de Compromisso Quitado de Venda e Compra de Imóvel e Cessão de Direito Real de Uso do imóvel comercial onde está constituído e instalado o Shopping Light. A participação da Lumen na cessão de direito real de uso do imóvel é de 46,957%.
- Lux Shopping Administradora e Incorporadora Ltda. (“Lux”) - tem por objeto a administração de bens próprios e de terceiros e a incorporação imobiliária. A Lux é proprietária do prédio do Shopping Light e detém participação na cessão de direito real de uso do imóvel de 23,043%.
- Manzanza Consultoria e Administração de Shopping Centers Ltda. (“Manzanza”) - tem por objeto a prestação de serviços de consultoria e administração de Shopping Center e administração de bens próprios.
- Nova União Administradora e Incorporadora S.A. (“Nova União”) - tem por objeto a administração de bens próprios e de terceiros, a participação em negócios mobiliários e imobiliários, a incorporação imobiliária e atividades correlatas ou assemelhadas. Atualmente, a Nova União é proprietária de fração ideal do terreno onde está localizado o Internacional Guarulhos Shopping Center.
- Park Shopping Administradora Ltda. (“Park Shopping Administradora”) - tem por objeto a administração de bens próprios e de terceiros, a incorporação imobiliária e a participação em outras empresas e em empreendimentos imobiliários.
- Paulis Shopping Administradora e Incorporadora Ltda. (“Paulis”) - tem por objeto a administração de bens próprios e de terceiros e a incorporação imobiliária.
- Poli Shopping Center Empreendimentos Ltda. (“Poli Empreendimentos”) - tem por objeto a exploração do ramo de shopping center por meio da locação de imóveis próprios ou sublocação de imóveis locados de terceiros. Atualmente, a Poli Empreendimentos é a detentora do Poli Shopping Center.
- PP Administradora e Incorporadora Ltda. (“PP”) - tem por objeto a administração de bens próprios e de terceiros e a incorporação imobiliária. A PP é detentora de 99,5% do Prudente Parque Shopping.
- Sale Empreendimentos e Participações Ltda. (“Sale”) - tem por objeto social a compra, a venda, a locação, a urbanização, a hipoteca, a incorporação, a construção e a administração de bens imóveis de propriedade da Sociedade e de terceiros, ou em condomínio. A Sale é detentora de 84,39% do Shopping do Vale.
- Securis Administradora e Incorporadora Ltda. (“Securis”) - tem por objeto a administração de bens próprios e de terceiros e a incorporação imobiliária.

Notas Explicativas

- Send Empreendimentos e Participações Ltda. (“Send”) - tem por objeto a administração de bens próprios e a participação em outras sociedades. Atualmente, a Send é detentora de 48% de um imóvel que será utilizado para a construção de um shopping center na cidade de Barueri - SP. A Send é detentora de 100% das cotas da empresa Uniplaza.
- Sulishopping Empreendimentos Ltda. (“Sulishopping”) - tem por objeto a exploração do ramo de shopping center através de locação de imóveis próprios ou sublocação de imóveis locados de terceiros.
- Uniplaza Empreendimentos Participações e Administração de Centros de Compras Ltda. (“Uniplaza”) que tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros, de centros comerciais, próprios e de terceiros, incorporações imobiliárias, a participação em outras empresas e em empreendimentos imobiliários. A Uniplaza é detentora de 100% do Unimart Shopping.
- Vide Serviços e Participações Ltda. (“Vide”) têm por objeto serviços de divulgações institucionais, administração de bens próprios e de terceiros, incorporações imobiliárias, a participação em outras empresas e em empreendimentos imobiliários.
- Vul Administradora e Incorporadora Ltda. (“Vul”), tem por objeto a administração de bens próprios e de terceiros, incorporações imobiliárias, a participação em outras empresas e em empreendimentos imobiliários. A Vul é proprietária do terreno onde será construído um novo Shopping Center em Guarulhos.
- Wass Comércio e Serviços de Águas Ltda. (“Wass”) - tem por objeto a locação de equipamentos para exploração, tratamento e distribuição de água, bem como a prestação de serviços de instalação, manutenção e consultoria inerentes. Atualmente, a Wass é responsável pela locação de equipamentos para exploração, tratamento e distribuição de água para o Internacional Guarulhos Shopping Center, para o Internacional Guarulhos Auto Shopping Center, para o Cascavel JL Shopping, para o Shopping Light, para o Prudente Parque Shopping, para o Suzano Shopping, Santana Parque Shopping, Outlet Premium e para o Shopping do Vale.
- Zuz Administradora e Incorporadora Ltda. (“Zuz”) - tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros, incorporação imobiliárias, a participação em outras empresas e em empreendimentos imobiliários. A Zuz é detentora de 100 % do Suzano Shopping Center, de 50% do Santana Parque Shopping e de 85,5% de participação no Cascavel JL Shopping.
- As controladas POL Administradora e Incorporadora Ltda. (“POL”) - (Em 25 de abril de 11, foi alterada a razão social de Premium Outlet Administradora e Incorporadora Ltda para POL Administradora e Incorporadora Ltda), Jud Administradora e Incorporadora Ltda. (“Jud”), Bud Administradora e Incorporadora Ltda. (“Bud”), BR Outlet Administradora e Incorporadora Ltda (“BR Outlet”), Premium Outlet Administradora e Incorporadora Ltda. (“Premium Outlet”), ERS Administradora e Incorporadora Ltda. (“ERS”), MAI Administradora e Incorporadora Ltda (“MAI”) e FLK Administradora e Incorporadora Ltda (“FLK”), têm por objeto a administração de bens próprios e de terceiros e a incorporação imobiliária. As empresas estão em fase pré-operacional em 30 de junho de 2011.

Notas Explicativas

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS – ITR E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias da Sociedade, contidas no Formulário de Informações contábeis intermediárias - ITR referente ao trimestre e semestre findo, em 30 de junho de 2011, compreendem:

- As informações contábeis intermediárias consolidadas elaboradas de acordo com o CPC 21 - Demonstração Intermediária e a IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standard Board - IASB” e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações contábeis intermediárias - ITR.
- As informações contábeis intermediárias individuais da Sociedade elaboradas de acordo com o CPC 21 - Demonstração Intermediária e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações contábeis intermediárias - ITR.

As informações contábeis intermediárias individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas informações contábeis intermediárias individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

2.2. Base de elaboração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, exceto se mencionado ao contrário. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade e controladas é como segue:

2.3. Bases de consolidação

As informações contábeis intermediárias consolidadas são elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da CVM, sendo as principais descritas nos itens seguintes, e incluem as informações contábeis intermediárias da Sociedade e de suas controladas mencionadas a seguir. Na preparação das informações contábeis intermediárias consolidadas, os saldos entre as empresas foram eliminados, bem como o saldo do investimento da Sociedade nas controladas.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, as empresas consolidadas são as seguintes:

		30/06/2011	31/12/2010
	Tipo de participação	Participação no capital - %	Participação no capital - %
Controladas diretas:			
Levian	Integral	100	100
Atlas	Integral	100	100
General Shopping Finance	Integral	100	100
General Shopping Finance II	Integral	100	-
Controladas indiretas:			
ABK	Integral	99,28	99,28
Poli Empreendimentos	Proporcional	50	50
Park Shopping Administradora	Integral	100	100
Send	Integral	100	100
Manzanza	Integral	100	100
Nova União	Integral	100	100
Sulishopping	Integral	100	100
I Park	Integral	100	100
Wass	Integral	100	100
Energy	Integral	100	100
GSB Administradora	Integral	100	100
ASG Administradora	Integral	100	100
Lux	Integral	100	100
Lumen	Integral	100	100
Securis	Integral	100	100
Delta	Integral	100	100
Brassul	Integral	100	100
Intesp	Integral	100	100
PP	Integral	100	100
Paulis	Integral	100	100
Fonte	Integral	100	100
Zuz	Integral	100	100
POL	Integral	100	100
Jud	Integral	100	100
Vul	Integral	100	100
BOT	Integral	100	100
Cly	Integral	100	100
Bud	Integral	100	100
Bac	Integral	100	100
Sale	Integral	100	100
Ast	Integral	100	100
Vide	Integral	100	100
Uniplaza	Integral	100	100
FII Top Center	Integral	100	100
MAI	Integral	100	-
ERS	Integral	100	-
FLK	Integral	100	-
Premium Outlet	Integral	100	-
BR Outlet	Integral	100	-

Notas Explicativas

2.4. Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os investimentos em sociedades em que a administração tenha influência significativa, ou nas quais participe com 20% ou mais do capital votante, ou que façam parte do mesmo grupo que estejam sob controle comum, também são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (vide nota explicativa nº 9).

2.5. Investimentos em empresas controladas em conjunto (“joint ventures”)

Uma “joint venture” é um acordo contratual através do qual a Sociedade e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da “joint venture” requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Os investimentos em controladas em conjunto são registradas pelo método de consolidação proporcional, desde a data em que o controle é adquirido. De acordo com este método os ativos, passivos e receitas, custos e despesas, são integrado às demonstrações financeiras rubrica a rubrica na proporção do controle atribuível à Sociedade.

Os componentes de ativo, passivo, receitas e despesas das controladas em conjunto foram incluídos proporcionalmente à participação da controladora no capital social destas, considerando o controle compartilhado estabelecido através dos Acordos de Acionistas firmados entre a Sociedade e suas parceiras nessas empresas, em que nenhuma das partes, sozinha, determina as políticas financeiras e operacionais.

2.6. Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais.

2.7. Moeda funcional e de apresentação das informações contábeis intermediárias

As informações contábeis intermediárias de cada controlada incluídas na consolidação são preparadas usando-se a moeda funcional (moeda do ambiente econômico primário em que ela opera) de cada controlada. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda dos serviços prestados, e a moeda na qual a maior parte do custo de sua prestação de serviços é pago ou incorrido. As informações contábeis intermediárias consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Controladora.

Notas Explicativas

Tradução das informações contábeis intermediárias de controladas no exterior

As controladas localizadas no exterior (“General Shopping Finance”) e (“General Shopping Finance II”) não possui corpo gerencial próprio, bem como independência administrativa, financeira e operacional.

Portanto, seus ativos e passivos e resultados são convertidos pelo seguinte método: (i) Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das informações contábeis intermediárias consolidadas; (ii) As contas de resultado (receitas e despesas) são convertidas pela taxa média mensais do câmbio, desde que não tenham ocorrido flutuações significativas do câmbio. Os efeitos da variação cambial são registrados na demonstração do resultado.

2.8. Moeda estrangeira

Na elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Sociedade, as transações em moeda estrangeira são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período, os itens monetários em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas vigentes no fim do período. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do período em que ocorrerem.

2.9. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original igual ou inferior a 90 dias e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos.

2.10. Aplicações financeiras vinculadas

A Sociedade possui aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário - CDB e debêntures com remuneração pelo Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As aplicações estão vinculadas a compromissos assumidos nas operações de CCI e empréstimos, os saldos de aplicações financeiras estão demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos, conforme descrito na nota explicativa nº 4.

2.11. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração:

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Notas Explicativas

Classificação:

Os instrumentos financeiros da Sociedade e de suas controladas foram classificados nas seguintes categorias:

a) Mensurados a valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo. São contabilizadas no resultado as variações de valor justo e os saldos são demonstrados ao valor justo.

b) Empréstimos e recebíveis

Instrumentos financeiros não derivativos com pagamentos ou recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercados ativos. São classificados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de elaboração das informações contábeis intermediárias, os quais são classificados como ativo não circulante. Os empréstimos e recebíveis da Sociedade correspondem aos empréstimos a coligada e controladas, contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, certificados de recebíveis imobiliários e outras contas a receber.

2.12. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada trimestre. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando há evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Os critérios que a Sociedade e controladas utilizam para determinar se há evidência objetiva de uma perda do valor recuperável de um ativo financeiro inclui:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou devedor.
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal.
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira.
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Notas Explicativas

2.13. Contas a receber e partes relacionadas

Registradas primeiramente pelos valores faturados com base nos contratos de aluguéis e de serviços prestados, ajustadas pelos efeitos decorrentes do reconhecimento de receita de aluguéis de forma linear apurada de acordo com o prazo previsto nos contratos, incluindo, quando aplicável, rendimentos e variações monetárias auferidas.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando o seguinte critério: análise individual dos devedores, independentemente do período de vencimento, conforme descrito na nota explicativa nº 5.

2.14. Ajuste a valor presente

A Sociedade avaliou os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo sujeitos à avaliação a valor presente.

Quando o efeito é considerado relevante em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto o ajuste a valor presente é calculado sobre os saldos levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita ou implícita dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, se reconhecido o ajuste a valor presente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.15. Propriedade para investimento

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios em shopping centers mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na nota explicativa nº 10.

As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização, como manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades, são reconhecidos como um custo na demonstração de resultados do trimestre a que se referem.

A propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado.

Os encargos financeiros de empréstimos e financiamentos incorridos durante o período de construção, quando aplicável, são capitalizados. A reserva de reavaliação é realizada de acordo com o registro das respectivas depreciações de edificações ou no momento da alienação dos bens, a crédito da conta "Lucros acumulados".

Notas Explicativas

2.16. Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 11, que consideram a vida útil-econômica estimada dos bens.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados anualmente e ajustados, caso apropriado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.17. Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes e os grupos de ativos são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é altamente provável e o ativo não circulante (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação. Os ativos não circulantes (ou o grupo de ativos) classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda, e cessam sua amortização.

2.18. Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada período e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.19. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa da Sociedade que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

Notas Explicativas

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do trimestre. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

Até 31 de dezembro de 2008, os ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura, determinada mediante projeção de avaliação econômica utilizando a metodologia de fluxo de caixa descontado, foram amortizados, no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios não são mais amortizados, porém submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável.

Nas informações por segmento, demonstradas na nota explicativa nº 26, o ágio está alocado no segmento de aluguel.

Em 30 de junho de 2011, não houve evidências que indicassem que os intangíveis não seriam recuperados.

2.20. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

Os bens do imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, nesse caso definido pelo valor em uso do ativo, utilizando a metodologia de fluxo de caixa descontado, essa perda é reconhecida ao resultado do período. Em 30 de junho de 2011, não houve evidências que indicassem que os ativos não seriam recuperáveis.

2.21. Outros ativos (circulante e não circulante)

Os outros ativos são demonstrados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos até as datas de encerramento dos trimestres.

2.22. Outros passivos (circulante e não circulante)

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Notas Explicativas

2.23. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.24. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

2.25. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Constituída para as causas cujas probabilidades de desembolso futuro são consideradas prováveis pelos consultores jurídicos e pela Administração da Sociedade e de suas controladas, considerando a natureza dos processos e a experiência da Administração em causas semelhantes, conforme demonstrado na nota explicativa nº 17.

2.26. Custo de empréstimos - capitalização de juros

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de imobilizações (propriedades de investimento em desenvolvimento) são capitalizados fazendo parte do custo do ativo. O início da capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de produção ou construção do ativo.

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

Notas Explicativas

2.27. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais, sobre os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social e sobre a reserva de reavaliação de edificações e instalações. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram limitados a 30% do imposto de renda e da contribuição social diferidos passivos. Conforme facultado pela legislação tributária, determinadas empresas consolidadas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes da prestação de serviços e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplica a alíquota regular de 15%, acrescida do adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, essas empresas consolidadas não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

2.28. Reconhecimento de receitas

A receita de aluguéis é reconhecida de forma linear com base no prazo dos contratos, levando em consideração o reajuste contratual e a cobrança de 13º aluguel e a receita de serviços é reconhecida quando da efetiva prestação de serviços. As receitas de cessões de direitos a lojistas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo do primeiro contrato de aluguel.

Nossas receitas derivam principalmente das seguintes atividades:

a) Aluguel

Refere-se à locação de espaço a lojistas e outros espaços comerciais como stands de venda. Inclui locação de espaços comerciais para publicidade e promoção. O aluguel de lojas a lojistas de shopping centers corresponde ao maior percentual das receitas da Sociedade.

b) Estacionamento

Refere-se à receita com a exploração de estacionamentos.

c) Serviços

Refere-se à receita da gestão do suprimento de energia e de água dos shopping centers.

2.29. Lucro líquido básico por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período e a média ponderada das ações em circulação no respectivo período.

Notas Explicativas

2.30. Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Sociedade, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar às informações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações contábeis intermediárias e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.31. Uso de estimativas

A preparação das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em consonância com as normas internacionais (IFRSs) requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, os passivos, as receitas e as despesas da Sociedade e de suas controladas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas informações contábeis intermediárias .

As estimativas devem ser determinadas com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das informações contábeis intermediárias , dos eventos e transações em curso e de acordo com a experiência de eventos passados e/ou correntes.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às informações contábeis intermediárias referem-se à vida útil dos bens do ativo imobilizado e das propriedades para investimento, às projeções preparadas para a realização do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos, às projeções para a análise de recuperação dos ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura e dos outros ativos intangíveis e às provisões para créditos de liquidação duvidosa e para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas.

2.32. Normas e interpretações novas e revisadas

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos anuais contábeis da Sociedade iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Sociedade:

Notas Explicativas

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
Modificações à IFRS 1	Eliminação de Datas Fixas para Adotantes pela Primeira Vez das IFRSs	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011
Modificações à IFRS 7	Divulgações – Transferências de Ativos Financeiros	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 9 (conforme alteração em 2010)	Instrumentos Financeiros	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 11	Acordos de participações	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 12	Divulgações de Participações em outras entidades	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 13	Medições de valor justo	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
Modificações à IAS 12	Impostos Diferidos – Recuperação dos Ativos Subjacentes Quando o Ativo é Mensurado pelo Modelo de Valor Justo da IAS 407	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2012
IAS 27 (R)	Demonstrações Separadas	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IAS 28 (R)	Investimentos em Coligada e Controlada	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013

A Administração da Sociedade entende que a aplicação de certos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas informações trimestrais nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos reportados anteriormente. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Notas Explicativas**3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Caixa e Bancos				
Caixa	5	9	162	228
Bancos (b)	6	7	68.018	329.100
	<u>11</u>	<u>16</u>	<u>68.180</u>	<u>329.328</u>
Aplicações financeiras:				
Certificado de depósito bancário - CDB (a)	1.445	1.457	36.626	4.717
Conta remunerada (d)	-	-	15.619	-
Letras financeiras do tesouro (c)	-	-	94.202	-
	<u>1.445</u>	<u>1.457</u>	<u>146.447</u>	<u>4.717</u>
Total	<u>1.456</u>	<u>1.473</u>	<u>214.627</u>	<u>334.045</u>

- (a) Aplicações em Certificado de Depósito Bancário - CDB, com taxas médias mensais entre 100% e 105% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.
- (b) Em 30 de junho de 2011, do total do saldo de R\$ 68.018 (consolidado), o montante de R\$61.953 está depositado em conta corrente no exterior e indexado ao dólar norte americano. Em 31 de dezembro de 2010, do total do saldo de R\$329.100 (consolidado), o montante de R\$322.407 estava depositado em conta corrente no exterior e indexado ao dólar norte americano.
- (c) Aplicações financeiras no exterior efetuada pelas controladas General Finance I e General Finance II, em títulos do tesouro norte-americano (com taxas médias anuais de 0,65% a 2,1%),
- (d) Conta remunerada (com taxas médias anuais variando de 1% a 1,1%) e Letras Financeiras do Tesouro Nacional (com taxas conforme variação deste título).

As aplicações financeiras são investimentos com prazo de resgate inferior a 90 dias, constituídos de títulos de alta liquidez, conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	Consolidado	
	30/06/11	31/12/10
Certificado de depósito bancário (a)	2.631	2.346
Debêntures (b)	-	8.264
Total não circulante	<u>2.631</u>	<u>10.610</u>

- (a) Valor retido pela RB Capital em 12 de maio de 2010, como garantia da liquidação das CCI registradas no FII Top Center, conforme descrito na nota explicativa nº 14 (c). O valor está aplicado em CDB-DI, com taxa média mensal de 98% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.
- (b) Valor depositado em 8 de dezembro de 2008 como garantia de liquidação das CCI registradas na empresa controlada Bac, conforme descrito na nota explicativa nº 14 (c). O valor estava alocado em Debêntures, no Banco Itaú (antigo Unibanco – União dos Bancos Brasileiros), com rendimento médio de 105,4% do CDI – Certificado de Depósito Interbancário. Este valor foi resgatado em fevereiro de 2011, quando da liquidação da operação de CCI.

Notas Explicativas**5. CONTAS A RECEBER**

	Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
Aluguéis e cessões de direitos a receber	37.320	36.317
Receitas de aluguéis a faturar (linearização)	2.687	471
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.465)	(10.446)
	<u>29.542</u>	<u>26.342</u>
Circulante	27.832	24.643
Não Circulante	1.710	1.699

Contas a receber de clientes são apresentadas pelos valores nominais dos títulos representativos dos créditos, incluindo, quando aplicável, rendimentos, variações monetárias auferidas e efeitos decorrentes da linearização da receita.

A exposição máxima ao risco de crédito da Sociedade é o valor contábil das contas a receber mencionadas. Para atenuar esse risco, a Sociedade adota como prática a análise das modalidades de cobrança (aluguéis, serviços e outros), considerando a média histórica de perdas, o acompanhamento periódico da Administração, no que tange à situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de limite de crédito, análise dos créditos vencidos há mais de 180 dias e o acompanhamento permanente de seu saldo devedor, entre outros. As análises são baseadas na média móvel ponderada, desvio padrão, variância e fator de risco, refletindo a sazonalidades e variações da carteira de clientes e seus respectivos meios de pagamentos. Para o restante da carteira o que não foi provisionado, referem-se a clientes cuja análise individual da sua situação financeira não demonstrou que estes seriam não realizáveis.

A Sociedade considera para avaliar a qualidade de créditos de potenciais clientes as seguintes premissas: o valor da garantia oferecida deve cobrir no mínimo 12 meses de custo ocupação (aluguel, somando encargos comuns e fundos de promoção multiplicado por 12), as garantias aceitas (imóvel, carta fiança, seguro, etc.), a idoneidade de pessoas físicas e jurídicas envolvidas na locação (sócios; fiadores; caucionantes) a utilização da empresa SERASA como referência para consultas.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para o semestre em 30 de junho de 2011 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 é como segue:

	Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
Saldo no início do semestre/ exercício	(10.446)	(10.155)
Créditos provisionados no período	(19)	(300)
Créditos baixados definitivamente	-	9
Saldo no final do semestre/exercício	<u>(10.465)</u>	<u>(10.446)</u>

Notas Explicativas

A composição do contas a receber por período de vencimento é como segue:

	Consolidado	
	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
A vencer:	<u>24.420</u>	<u>20.586</u>
Vencidas:		
Até 30 dias	785	1.021
De 31 a 60 dias	483	729
De 61 a 90 dias	365	569
De 91 a 180 dias	1.211	1.416
Acima de 180 dias	<u>12.743</u>	<u>12.467</u>
	<u>15.587</u>	<u>16.202</u>
	<u>40.007</u>	<u>36.788</u>

Em 30 de junho de 2011, o montante de R\$ 5.122 das contas a receber de clientes (R\$5.756 em 31 de dezembro 2010), encontram-se vencidas, mas não provisionadas, uma vez que não houve mudança significativa na qualidade do crédito e os valores ainda são considerados recuperáveis, com perspectiva de realização.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre aplicações financeiras	339	338	1.203	706
IRRF sobre serviços	156	39	457	451
Imposto Sobre Serviços - ISS	-	-	77	70
PIS e Cofins a recuperar	73	72	229	213
Imposto de renda - antecipações		-	475	376
Contribuição social - antecipações	-	-	146	259
Outros	<u>30</u>	<u>15</u>	<u>398</u>	<u>38</u>
Total	<u>598</u>	<u>464</u>	<u>2.985</u>	<u>2.113</u>

Notas Explicativas

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Saldos e transações com partes relacionadas:

A controladora imediata e a controladora final da Sociedade é a Golf Participações Ltda., estabelecida no Brasil.

No curso dos negócios da Sociedade, os acionistas controladores, as controladas e controladas em conjunto e os condomínios civis realizam operações comerciais e financeiras entre si, que incluem: (i) prestação de serviços de consultoria e assistência operacional relacionados a fornecimento de água, instalações elétricas e fornecimento de energia; (ii) administração de shopping centers; (iii) administração de estacionamentos de shopping centers; (iv) contratos de locação comercial; e (v) acordos e deliberações tomadas no âmbito de convenções de condomínios.

Os saldos em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, na controladora, são apresentados a seguir:

Ativo	Controladora	
	30/06/2011	31/12/2010
Send	1	1
Delta	1	1
Park Shopping Administradora	1	1
Internacional Guarulhos Shopping Center (b)	16.031	15.931
Fonte	51	1
Sale	1	1
Cly	16	-
General Shopping Finance (a)	1.819	673
Outros	1.913	1.843
	<u>19.834</u>	<u>18.452</u>
Passivo		
BAC (c)	55.365	55.365
ABK	33.852	33.852
Levian	72.861	37.679
Energy	1.843	1.843
Atlas	11.134	20.928
I Park	403	403
Wass	333	333
Outros	-	81
	<u>175.791</u>	<u>150.484</u>

(a) Refere-se a custos para emissão dos Bônus Perpétuos pagos pela Sociedade.

(b) Refere-se a transferência de recursos para a controlada efetuar a liquidação dos empréstimos captados junto ao Banco Bic no exercício de 2009.

(c) Refere-se a captação para liquidação da operação do CCI no Unibanco em 30 de janeiro de 2009.

Notas Explicativas

Os saldos em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, no consolidado, são como segue:

	Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
Ativo não circulante:		
Golf Participações Ltda. (a)	13.087	12.368
CSA - Companhia Securitizadora de Ativos (b)	-	626
PNA Empreendimentos Imobiliários Ltda. (d)	146	146
Condominio Civil Suzano Shopping Center (d)	1.333	342
Condomínio Civil Voluntários - SPS (d)	249	303
Condomínio Unimart (d)	187	292
Condomínio Outlet Premium (d)	258	258
Condomínio do Vale (d)	708	1.110
Condomínio Cascavel (d)	692	588
Condominio Prudente (d)	230	200
Pessoas Físicas (d)	1.327	1.064
Outros (d)	2.918	2.071
	<u>21.135</u>	<u>19.368</u>
Passivo circulante:		
SAS Venture LLC (c)	10.239	11.243
Condomínio Suzano (d)	45	392
Condomínio Shopping Light (d)	2.900	1.141
Condomínio ASG (d)	510	518
Outros (d)	1.037	1.554
	<u>14.731</u>	<u>14.848</u>

- (a) O empréstimo ao acionista e controlador está sujeito a encargos financeiros de 1% ao mês. Não há prazo previsto para o recebimento.
- (b) Valor antecipado para a CSA como garantia da operação com CCI Nova União – Banco Itaú, conforme mencionado na nota explicativa nº 14 a). Esta operação foi liquidada em janeiro de 2011.
- (c) Na reorganização societária, o capital social da controlada Park Shopping Administradora foi reduzido e está sendo devolvido à então acionista SAS Ventures LLC em 15 parcelas iguais e semestrais, desde 14 de setembro de 2007. Sobre o total da dívida incidem variação cambial com base no dólar norte-americano e encargos financeiros de 10,5% ao ano.
- (d) Sobre os demais empréstimos não incidem encargos financeiros e não há prazo definido de vencimento.

Notas Explicativas**b) Remuneração dos Administradores**

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010, os honorários dos administradores, no consolidado, foram apropriados ao resultado, na rubrica “Despesas gerais e administrativas”, não superando o limite aprovado pelos acionistas.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010, foram pagos aos administradores da Sociedade benefícios de curto prazo (ordenados, salários e contribuições para a seguridade social, participação nos lucros, assistência médica, habitação, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados) no montante de R\$2.030 e R\$2.299, respectivamente, conforme descrito a seguir:

	<u>30/06/11</u>	<u>30/06/10</u>
Salários e encargos	1.982	1.668
Remuneração variável e encargos	-	583
Benefícios	<u>48</u>	<u>24</u>
Total	<u>2.030</u>	<u>2.275</u>

Não foi pago nenhum valor a título de: (i) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (ii) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço, benefícios de invalidez de longo prazo); e (iii) remuneração baseada em ações.

Em Assembléia Geral Ordinária, ocorrida em 25 de abril de 2011, foi aprovada a remuneração global de R\$7.300 para o exercício de 2011.

8. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>30/06/11</u>	<u>31/12/10</u>
Despesas de seguros a apropriar	432	556	601	886
Adiantamento a fornecedores	112	-	124	805
Contas a receber-venda de imóveis	-	-	-	11.479
Outras contas a receber	<u>734</u>	<u>226</u>	<u>625</u>	<u>1.478</u>
Total	<u>1.278</u>	<u>782</u>	<u>1.350</u>	<u>14.648</u>

Notas Explicativas

9. INVESTIMENTOS

							Saldos dos investimentos	
	Participação %	Quantidade de ações / cotas detidas	Capital Social	Lucro (Prejuízo) do semestre	Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)	Resultado da equivalência patrimonial	30/06/11	31/12/10
Controladas diretas:								
Levian	100	482.834.200	688.339	17.459	499.369	13.286	499.369	486.081
Atlas	100	3.268.672	3.816	4.532	30.923	4.532	30.923	26.391
General Shopping Finance	100	50.000	81	7.197	2.376	7.197	2.376	(4.821)
General Shopping Finance II	100	50.000	81	(2.445)	(2.364)	(2.444)	(2.364)	-
				<u>26.743</u>	<u>530.304</u>	<u>22.571</u>	<u>530.304</u>	<u>507.651</u>
Controladas Indiretas:								
Levian:								
ABK	99	55.180.893	54.952	591	49.136			
Poli Empreendimentos	50	425.000	1.193	13	7.891			
Park Shopping Adm	100	50.000	50	28.762	(25.780)			
Send	100	46.342.045	46.342	1.873	4			
Manzanza	100	300	1	(4)	(4)			
Nova União	100	21.215.243	4.332	1.079	4.337			
Uniplaza	100	10.000	21.215	2.246	33.393			
Sulishopping	100	10.000	10	(12)	9.638			
Lux	100	10.000	10	831	2.339			
Lumen	100	10.000	86	348	1.176			
Securis	100	10.000	10	(1)	7			
Delta	100	10.000	10	(55)	(46.933)			
Intesp	100	10.000	10	183	1.868			
PP	100	10.000	10	(517)	1.858			
Paulis	100	10.000	10	1.010	(1.136)			
Fonte	100	10.000	10	(4)	(410)			
POL	100	10.000	10	(134)	(127)			
BOT	100	10.000	10	2.055	6.093			
Vul	100	10.000	10	(10)	(3)			
Zuz	100	10.000	10	4.577	104.155			
Jud	100	10.000	10	(2.066)	(5.259)			
Cly	100	10.000	10	6.180	48.848			
Bud	100	10.000	10	(1)	7			
Bac	100	10.000	10	(101)	(14.625)			
Sale	84	9.000.000	9.000	693	15.670			
Brassul	100	10.000	10	694	5.152			
FII Top Center	100	600.000	1.746	(2.051)	(2.871)			
ERS	100	10.000	10	(0)	10			
MAI	100	10.000	10	(0)	10			
FLK	100	10.000	10	(0)	10			
Premium Outlet	100	10.000	10	-	10			
BR Outlet	100	10.000	10	-	10			
Atlas:								
Ast	100	10.000	10	46	175			
Ipark	100	10.000	10	1.515	6.843			
Wass	100	10.000	10	503	4.503			
Energy	100	10.000	10	1.585	17.060			
Vide	100	10.000	10	(3)	16			
GSB Administradora	100	1.906.070	1.906	937	2.558			
ASG Administradora	100	20	20	(47)	140			

A movimentação dos investimentos para o semestre findo em 30 de junho de 2011 é como segue:

	<u>Controladora</u>
Saldo em 31/12/10	507.651
Resultado de equivalência patrimonial	22.571
Aumento de capital	<u>82</u>
Saldo em 30/06/11	<u><u>530.304</u></u>

Notas Explicativas**10. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO**

	Taxa média de depreciação (%)	Consolidado					
		30/06/11			31/12/10		
		Depreciação			Depreciação		
		Custo	acumulada	Valor líquido	Custo	acumulada	Valor líquido
Terrenos		248.520		248.520	201.836	-	201.836
Edificações	2	489.925	(33.139)	456.786	489.925	(28.948)	460.977
Obras em andamento		105.669	-	105.669	37.106	-	37.106
		<u>844.114</u>	<u>(33.139)</u>	<u>810.975</u>	<u>728.867</u>	<u>(28.948)</u>	<u>699.919</u>

Movimentação das propriedades para investimento:

	Consolidado				
	31/12/2010	Adições	Encargos financeiros capitalizados	Depreciação	30/06/2011
Terrenos	201.836	46.684	-	-	248.520
Edificações	460.977	-	-	(4.191)	456.786
Obras em andamento	37.106	64.964	3.599	-	105.669
	<u>699.919</u>	<u>111.648</u>	<u>3.599</u>	<u>(4.191)</u>	<u>810.975</u>

Em 31 de março de 2007, a Sociedade, baseada em laudo preparado pelos peritos avaliadores independentes DLR Engenheiros Associados Ltda., registrou reavaliação das contas de terrenos, edificações e instalações, tendo como contrapartida a conta “Reserva de reavaliação”, no patrimônio líquido.

Em 26 de junho de 2007, por meio do Instrumento Particular de Compromisso Quitado de Venda e Compra de Imóvel e Cessão de Direito Real de Uso, foi adquirido 50,1% do imóvel onde está situado o Shopping Light por R\$20.110. A lavratura da Escritura Pública de Venda e Compra depende ainda de ações da vendedora para a obtenção de determinadas certidões emitidas pela Secretaria da Receita Federal - SRF e pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 o montante das propriedades de investimento era composto como segue:

	30/06/2011	31/12/2010
Propriedade para investimento ao custo	Residual	Residual
Brasil		
ABK do Brasil - Empreendimentos e Participações Ltda. ('ABK')	26.147	26.307
BOT Administradora e Incorporadora Ltda. ('BOT')	41.903	42.189
Brassul Shopping Administradora e Incorporadora Ltda ('Brassul')	4.022	-
CLY Administradora e Incorporadora Ltda. (CLY')	194.420	195.640
Delta Shopping Empreendimentos Imobiliários Ltda. ('Delta')	6.139	6.139
Fundo de Investimento Imobiliário ('FII')	49.911	50.307
Fonte Administradora e Incorporadora Ltda ('Fonte')	26.389	19.362
GS Finance Limited ('General Shopping Finance')	3.599	-
Intesp Shopping Administradora e Incorporadora Ltda ('Intesp')	11.938	12.005
Levian Participações e Empreendimentos Ltda ('Levian')	29.717	32.325
PP Administradora e Incorporadora Ltda ('PP')	16.342	16.041
Sale Empreendimentos e Participações Ltda. ("Sale")	15.303	13.945
Send Empreendimentos e Participações Ltda. ("Send")	120.058	63.729
Uniplaza Empreendimentos Participações e Administração de Centro de Compras Ltda. ("Uniplaza")	18.859	18.712
Vul Administradora e Incorporadora Ltda ('Vul')	27.767	-
Zuz Administradora e Incorporadora Ltda. ("Zuz")	163.895	165.070
Outros	54.566	38.148
	<u>810.975</u>	<u>699.919</u>

Avaliação a valor justo

O valor justo de cada propriedade de investimento em construção e construída foi determinado por meio de avaliação efetuada por uma entidade especializada independente (CB Richard Ellis).

A metodologia adotada para avaliação destas propriedades de investimento a valor justo é a preceituada pelos R.I.C.S (The Royal Institution of Chartered Surveyors) da Grã Bretanha e Appraisal Institute dos Estados Unidos, os quais são internacionalmente utilizados e reconhecidos para casos de avaliação e demais análises.

Todos os cálculos são baseados na análise das qualificações físicas da propriedade em estudo e das informações diversas levantadas no mercado, que são tratadas adequadamente para serem utilizadas na determinação do valor do empreendimento.

Para as avaliações, foram elaborados fluxos de caixa de 10 anos, desconsiderando a inflação que possa vir existir neste período. A taxa média de desconto aplicada ao fluxo de caixa foi de 10,56% e a taxa média de capitalização adotada no décimo ano do fluxo foi de 7,96%.

A seguir estão demonstrados os valores da avaliação a valor justo em 31 de dezembro de 2010 no total a respectiva participação da Sociedade nas propriedades para investimento:

	31/12/10	
	100%	Sociedade
Propriedades para investimento em operação	1.180.632	1.063.318

Notas Explicativas

11. IMOBILIZADO

		Controladora					
		30/06/11			31/12/10		
	Taxa de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Edificações	4	3.163	(510)	2.653	1.772	(460)	1.312
Instalações	10	483	(262)	221	1.404	(240)	1.164
Móveis e utensílios	10	430	(71)	359	504	(60)	444
Computadores e periféricos	20	838	(447)	391	722	(413)	309
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	17	-	17	28	-	28
Obras em andamento		7.370	-	7.370	3.091	-	3.091
Total:		12.301	(1.290)	11.011	7.521	(1.173)	6.348

		Consolidado					
		30/06/2011			31/12/2010		
	Taxa de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Edificações	4	4.198	(1.546)	2.652	4.469	(1.375)	3.094
Instalações	10	9.444	(2.968)	6.476	8.938	(2.745)	6.193
Móveis e utensílios	10	1.274	(621)	653	1.197	(592)	605
Máquinas e equipamentos	10	1.922	(1.486)	436	1.963	(1.461)	502
Veículos	20	18	(17)	1	18	(17)	1
Computadores e periféricos	20	1.244	(558)	686	883	(463)	420
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	6.597	(3.155)	3.442	6.511	(2.822)	3.689
Obras em andamento		8.689	-	8.689	3.562	-	3.562
Total:		33.386	(10.351)	23.035	27.541	(9.475)	18.066

Movimentação do ativo imobilizado, conforme demonstrada a seguir:

		Controladora				
		31/12/10	Adições	Transferências / Reclassificações	Depreciação	30/06/11
Edificações		1.312	87	1.304	(50)	2.653
Instalações		1.164	6	(927)	(22)	221
Móveis e utensílios		444	19	(93)	(11)	359
Computadores e periféricos		309	279	(163)	(34)	391
Benfeitorias em imóveis de terceiros		28	-	(11)	-	17
Obras em andamento		3.091	4.389	(110)	-	7.370
		6.348	4.780	-	(117)	11.011

Notas Explicativas

	Consolidado				30/06/2011
	31/12/2010	Adições	Transferências / Reclassificações	Depreciação	
Edificações	3.094	-	(271)	(171)	2.652
Instalações	6.193	177	329	(223)	6.476
Móveis e utensílios	605	77	-	(29)	653
Máquinas e equipamentos	502	17	(58)	(25)	436
Veículos	1	-	-	-	1
Computadores e periféricos	420	361	-	(95)	686
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.689	86	-	(333)	3.442
Obras em andamento	3.562	5.127	-	-	8.689
	18.066	5.845	-	(876)	23.035

12. INTANGÍVEL

	Taxa de amortização %	Consolidado					
		30/06/2011			31/12/2010		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Vida útil indefinida							
Ágio - Aquisição Sale (a)		5.541	(556)	4.985	5.541	(556)	4.985
Ágio - Aquisição Shopping Unimart (b)		22.410	(2.241)	20.169	22.410	(2.241)	20.169
Vida útil definida							
Softwares	20	1.976	(381)	1.595	940	(319)	621
Direito de uso shopping light (c)	2,38	8.069	(551)	7.518	5.589	(463)	5.126
Total		37.996	(3.729)	34.267	34.480	(3.579)	30.901

- (a) Em 13 de dezembro de 2007, a Sociedade, por intermédio da controlada Brassul, adquiriu 100% das cotas da empresa Sale, a qual é detentora de 84,39% da área bruta locável (ABL) total do Shopping do Vale. A referida operação gerou um ágio de R\$5.541 e possui como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura. A partir de 1º de janeiro de 2009, a amortização contábil sistemática do ágio por expectativa de rentabilidade futura ("goodwill") cessou completamente, permanecendo apenas a aplicação do teste anual de recuperação.
- (b) Em 28 de dezembro de 2007, a Sociedade, por intermédio da controlada Send adquiriu 100% das cotas da empresa Uniplaza, a qual é detentora de 100% da área bruta locável (ABL) total do Shopping Unimart. A referida operação gerou um ágio de R\$22.410 e possui como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura. A partir do exercício social iniciado a partir de 1º de janeiro de 2009, a amortização contábil sistemática do ágio por expectativa de rentabilidade futura ("goodwill") cessou completamente, permanecendo apenas a aplicação do teste de recuperação.
- (c) Em 6 de junho de 2007, a Sociedade assumiu o compromisso de pagar R\$5.589 pelo direito de uso de 50,1% do Shopping Light. O referido direito possui prazo de 42 anos e é amortizado nesse período de forma linear. Em 16 de março de 2011 a Lumen cedeu para a Lux 3,15% de participação no direito de uso do Shopping Light e, nesta mesma data a Lux assumiu o compromisso de pagar R\$ 2.480 pelo direito de uso de 19,89% do Shopping Light.

Notas Explicativas

A movimentação do intangível para o semestre findo em 30 de junho de 2011 é como segue:

	Prazo de vida útil	Método de Amortização	Consolidado			
			31/12/2010	Adições	Amortização	30/06/2011
Vida útil indefinida						
Ágio - Aquisição Sale			4.985	-	-	4.985
Ágio - Aquisição Shopping Unimart			20.169	-	-	20.169
Vida útil definida						
Softwares	5 anos	Linear	621	1.036	(62)	1.595
Direito de uso shopping light	42 anos	Linear	5.126	2.480	(88)	7.518
			<u>30.901</u>	<u>3.516</u>	<u>(150)</u>	<u>34.267</u>

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	Taxas contratuais % a.a.	Vencimentos	Controladora	
				30/06/2011	31/12/2010
Empréstimos e financiamentos:					
Banco Paraná (c)	R\$	6,8+CDI	2011	-	10.450
Total				<u>-</u>	<u>10.450</u>
	Moeda	Taxas contratuais % a.a.	Vencimentos	Consolidado	
				30/06/2011	31/12/2010
Empréstimos e financiamentos:					
Banco ABC Brasil S.A (a)	R\$	14,94	2011	-	6.044
Banco Pontual S.A. (b)	R\$	12,00	2009/2010	4.904	4.620
Banco Paraná (c)	R\$	6,8+CDI	2011	-	10.450
Títulos de crédito perpétuo (d)	US\$	10,00		383.219	326.636
Outros	R\$		2010	21	21
Total				<u>388.144</u>	<u>347.771</u>
			Total Circulante	9.150	25.856
			Total Não Circulante	378.994	321.915

(a) Empréstimo para capital de giro captado em 18 de junho de 2009 por meio do Programa Especial de Crédito do Banco Nacional do Desenvolvimento Social (PEC-BNDES). O montante captado foi de R\$11.506, com taxa de juros prefixada média de 14,94% ao ano. Como garantia às operações havia sido cedidos os recebíveis do Poli Shopping Osasco, Unimart e Prudente Parque Shopping. Essa operação foi liquidada em 14 de janeiro de 2009.

(b) Com a liquidação extrajudicial do Banco Pontual, o saldo permanece sendo atualizado pelos encargos financeiros de 1% ao mês. Contudo, a sua liquidação pelo montante consignado nas demonstrações

Notas Explicativas

financeiras dependerá dos limites legais de encargos financeiros definidos pelos tribunais. Não foram oferecidas garantias.

- (c) Empréstimo para capital de giro captado em 23 de março de 2010 no montante de R\$15.000, com juros médios de 6,8% ao ano + CDI. A dívida seria amortizada em 24 parcelas de R\$669. Como garantia às operações havia sido concedida nota promissória de R\$19.500. Esta operação foi liquidada em 24 de janeiro de 2011.
- (d) Em 9 de novembro de 2010, a controlada General Shopping Finance Limited captou por meio da emissão de títulos de crédito perpétuo denominados Bônus Perpétuos (“perpetual bonds”) o montante de US\$200.000, correspondentes a R\$339.400, na data da captação. Os títulos são denominados em dólares norte-americanos e com pagamentos trimestrais de juros à taxa de 10% ao ano. A General Shopping Finance Limited tem a opção de recompra dos títulos a partir de 9 de novembro de 2015. De acordo com o prospecto de emissão de títulos perpétuos, os recursos captados são destinados à liquidação antecipada dos CCI e para investimento em greenfields e expansões. Como garantia da operação foram dados avais de todas as subsidiárias, exceto pela GSB Administradora, ASG Administradora e o FII Top Center. O custo de emissão dos títulos perpétuos foi de R\$11.483. O custo efetivo da operação foi de 10,28%.

Em 19 de abril de 2011, a controlada GS Finance II Limited captou por meio da emissão de títulos de crédito perpétuo denominado Bônus Perpétuos (“perpetual bonds”) o montante de US\$50.000, correspondentes a R\$ 78.960, na data da captação. Os títulos são denominados em dólares norte-americanos e com pagamentos trimestrais de juros à taxa de 10 % ao ano. A GSFII tem a opção de recompra dos títulos a partir de 9 de novembro de 2015. De acordo com o prospecto de emissão de títulos perpétuos, os recursos captados são destinados à liquidação antecipada de CCI e para investimento em *greenfields* e expansões. Como garantia da operação foram dados avais de todas as subsidiárias, exceto pela GSB Administradora, ASG Administradora e o FII Top Center. O custo de emissão dos títulos perpétuos foi de R\$ 758. O custo efetivo da operação foi de 10,28%.

Não existem “covenants” financeiros nas operações de emissão de bônus perpétuo. Os “covenants” definidos referem-se à: (i) limitação de gravames aos ativos (exceto os gravames permitidos, incluindo-se financiamentos BNDES, refinanciamentos de operações existentes e certas securitizações, entre outros) devendo-se manter a proporção de ativos não gravados/dívida não securitizada em condições “pari pasu” as condições dadas a ativos gravados/dívida securitizada; (ii) limitação a operações de “venda e lease-back” dos ativos atuais com prazo superior a três anos, nas mesmas condições de (i) acima; e (iii) limitação de transações com afiliadas, incorporação, fusão ou transferência de ativos. Não existem definições de limites ao pagamento de dividendos.

Os contratos não preveem a manutenção de indicadores financeiros (endividamento, cobertura de despesas com juros, etc.).

A composição da parcela de longo prazo em 30 de junho de 2011, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

	<u>Consolidado</u> <u>30/06/2011</u>
Ano	
2015 em diante	378.994

Notas Explicativas

A movimentação dos empréstimos e financiamentos para o semestre findo em 30 de junho de 2011 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2010	10.450	347.771
Captações	-	78.960
Pagamentos do principal	(10.553)	(28.717)
Pagamentos dos juros	(800)	(6.439)
Encargos financeiros registrados nas propriedades para investimento	-	3.599
Variação cambial	-	(21.815)
Encargos financeiros registrados no resultado	903	14.785
Saldo em 30 de junho de 2011	-	388.144

14. CÉDULAS DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO

			Consolidado	
			30/06/2011	31/12/2010
	Moeda	Vencimentos		
Empresa controlada:				
Nova União - Banco Itaú (a)	R\$	2016	-	13.813
ABK - Banco Itaú (b)	R\$	2018	80.587	83.617
Levian (b)	R\$	2018	80.587	83.617
Bac - Unibanco (c)	R\$	2018	-	79.600
Fundo de investimento Imobiliário-Top Center (d)	R\$	2020	60.928	60.276
			222.102	320.923
Circulante			20.681	99.500
Não circulante			201.421	221.423

- (a) Em abril de 2006, a controlada Nova União efetuou uma captação de recursos por meio da emissão de Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI, para a securitização dos recebíveis de aluguéis do terreno onde está localizado o estacionamento do Internacional Guarulhos Shopping Center, atualmente locado à controlada I Park. O valor total das CCI emitidas é de R\$15.586, dos quais R\$1.415 foram retidos na forma de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI, classificados nos ativos circulante e não circulante. O montante captado seria pago em 120 parcelas mensais de R\$208 (até maio de 2016), acrescidas de juros de 11% ao ano e da atualização anual do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M. Em garantia das CCI haviam sido concedidas: (i) alienação fiduciária do imóvel, com valor contábil de R\$4.322; (ii) penhor, outorgado pela I Park, da totalidade da receita do estacionamento; (iii) cessões fiduciárias dos créditos decorrentes do contrato; e (iv) penhor das ações da Nova União. Essa operação foi liquidada antecipadamente em 31 de janeiro de 2011, por R\$ 13.768.
- (b) Em junho de 2008, as controladas ABK e Levian efetuaram uma captação de recursos por meio da emissão de Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI para a securitização dos recebíveis de aluguéis do imóvel onde está localizado o Internacional Guarulhos Shopping Center. O valor total das CCI emitidas é de R\$180.000. O montante captado será pago em 119 parcelas mensais (até junho de 2018), acrescidas de juros de 11% ao ano e da atualização anual da Taxa Referencial - TR. Em garantia das CCI foram concedidos: (i) alienação fiduciária do imóvel, com valor contábil de R\$201.829; (ii) cessões fiduciárias dos créditos decorrentes do contrato; e (iii) alienação fiduciária de cotas da subsidiária Cly. Os custos de captação de R\$376 das CCI foram deduzidos do principal e estão sendo amortizados em 120 parcelas de forma linear.
- (c) Em dezembro de 2008, a controlada Bac efetuou uma captação de recursos por meio da emissão de Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI, para securitização dos recebíveis de aluguéis dos imóveis onde estão localizados a fração de 100% do Suzano Shopping, 50% do Santana Parque Shopping e 85,5% do Cascavel JL Shopping. O valor total das CCI emitidas é de R\$73.934. O montante captado seria pago

Notas Explicativas

em 120 parcelas mensais (até janeiro de 2019), acrescidas de juros de 12% ao ano e da atualização anual do Índice Geral de Preço ao Mercado - IGPM. Em garantia das CCI haviam sido concedidas: (i) alienação fiduciária dos imóveis, com valor contábil de R\$168.867; (ii) cessões fiduciárias dos créditos decorrentes do contrato; e (iii) alienação fiduciária de cotas da subsidiária Zuz. Os custos de captação das CCI estão sendo deduzidos do principal e estão sendo amortizados em 120 parcelas de forma linear. Essa operação foi liquidada antecipadamente em 24 de fevereiro de 2011, por R\$ 79.600.

- (d) Em abril de 2010, o Fundo de Investimento Imobiliário Top Center por meio da controlada Jud efetuou uma captação de recursos por meio da emissão de Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI, para securitização dos recebíveis de aluguéis do imóvel onde está localizada a fração de 100% do Top Center. O valor total das CCI emitidas é de R\$60.000. O montante captado será pago em 120 parcelas mensais (até abril de 2020), acrescidas de juros de 9,90% ao ano e da atualização anual do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. Em garantia das CCI foram concedidos: (i) alienação fiduciária dos imóveis, com valor contábil de R\$50.900; (ii) cessões fiduciárias dos créditos decorrentes do contrato; e (iii) alienação fiduciária de cotas da subsidiária Fundo de Investimento Imobiliário Top Center. Os custos de captação das CCI estão sendo deduzidos do principal e estão sendo amortizados em 120 parcelas de forma linear.

A composição da parcela de longo prazo em 30 de junho de 2011, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

	<u>Consolidado</u> <u>30/06/2011</u>
2012	10.002
2013	15.575
2014 em diante	175.844
	<u>201.421</u>

A movimentação das CCI para o semestre findo em 30 de junho de 2011 é como segue:

	<u>Consolidado</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	320.923
Pagamentos - principal	(90.720)
Pagamentos - juros	(25.449)
Encargos financeiros	17.348
Saldos em 30 de junho de 2011	<u>222.102</u>

Notas Explicativas**15. CONTAS A PAGAR - COMPRA DE IMÓVEIS**

	Consolidado	
	30/06/11	31/12/10
Direito de uso de imóvel - Shopping Light (a)	1.860	1.085
Terrenos - Guarulhos (b)	12.080	-
Terrenos - Atibaia (c)	2.747	-
Total	<u>16.687</u>	<u>1.085</u>
Circulante	13.603	969
Não circulante	3.084	116

- (a) Em 6 de junho de 2007, a Sociedade assumiu o compromisso de pagar R\$5.589 pelo direito de uso de 50,1% do Shopping Light. O referido direito possui prazo de 42 anos e é amortizado de forma linear. Em 16 de março de 2011 a Lumen cedeu para a Lux 3,15% de participação no direito de uso do Shopping Light.
- (b) Em 11 de janeiro de 2011, foi adquirido um terreno localizado na cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, onde será construído um Shopping Center, pelo valor total de R\$24.160, cuja forma de pagamento acordada foi: (i) R\$8.305 à vista; e (ii) R\$15.855 a serem pagas em 21 parcelas iguais, mensais e consecutivas, reajustadas p/ INCC-DI/FGV, no valor de R\$755, cuja primeira parcela foi paga em fevereiro de 2011.
- (c) Em 11 de março de 2011, foram adquiridos quatro terrenos localizados na cidade de Atibaia, Estado de São Paulo, pelo valor total de R\$15.650, cuja forma de pagamento acordado foi: (i) R\$4.495 à vista; e R\$11.155 a serem pagas em 4 parcelas iguais, mensais, consecutivas e sem qualquer tipo de correção, no valor de R\$2.788.

16. IMPOSTOS PARCELADOS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
PIS e Cofins	-	-	9.787	10.107
INSS	655	693	1.468	1.512
ISS	-	-	71	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-	14.801	16.300
	<u>655</u>	<u>693</u>	<u>26.127</u>	<u>27.919</u>
Circulante	232	294	4.349	6.155
Não circulante	423	399	21.778	21.764

A Sociedade em 2009 ingressou no parcelamento de débitos tributários, em consonância com a Lei nº 11.941/09 ("REFIS"), e no parcelamento simplificado de débitos tributários, no montante de R\$ 5.793.

A estimativa da Administração é de que o saldo de 30 de junho de 2011 dos referidos parcelamentos REFIS e simplificado sejam liquidados nos prazos de 180 e 60 meses respectivamente, utilizando o número de parcelas fixas, sendo as mesmas atualizadas pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC.

Notas Explicativas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade e suas controladas ingressaram com pedido de parcelamento simplificado dos débitos de Cofins, PIS, Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$ 21.428. A estimativa é que os valores parcelados serão liquidados nos prazos de 3 a 60 meses.

A Sociedade encontra-se obrigada a manter os pagamentos regulares dos impostos e das contribuições, parceladas e correntes, como condição essencial para a manutenção dos parcelamentos mencionados. Em 30 de junho de 2011, a Sociedade está adimplente com os pagamentos.

A movimentação dos débitos estimados pela Sociedade, relativos aos impostos parcelados, contemplando o montante do principal acrescido de juros e multa no período, é como segue:

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2010	27.919
Pagamentos – principal	(3.063)
Pagamentos – juros	(131)
Encargos financeiros	1.402
Saldos em 30 de junho de 2011	26.127

17. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

Para todas as questões que estão sendo contestadas é constituída provisão em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas, com base na avaliação dos consultores jurídicos externos. Os montantes provisionados incluem aqueles relativos a questões fiscais, cíveis e trabalhistas. Não há depósitos judiciais vinculados a essas provisões. A composição das provisões é como segue:

	Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
Trabalhista (a)	273	201
Cíveis (b)	340	314
Fiscais (c)		
PIS	1.090	1.354
Cofins	3.630	4.341
	5.333	6.210

- (a) Referem-se a processos envolvendo pedidos de responsabilidade subsidiária, horas extras e reconhecimento de vínculo empregatício.
- (b) Referem-se a processos por danos materiais e morais, ações renovatórias de contratos de locação, ações de cobrança e ações de rescisão contratual.
- (c) Referem-se à provisão constituída para fazer face ao PIS e à Cofins sobre contratos de locação de espaços para lojistas nos shopping centers, pelas controladas ABK e Levian, e não recolhidos nos últimos exercícios. A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos externos, entende que esses tributos não incidiam sobre essas operações, tendo em vista que as receitas foram recebidas por meio de condomínio civil. Não há ação judicial relacionada a essa provisão.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2011, a Sociedade possui, ainda, outras ações em andamento, de, aproximadamente, R\$4.509, cujas probabilidades de perda foram classificadas como possíveis pelos assessores jurídicos externos e para as quais nenhuma provisão foi registrada nas informações contábeis intermediárias.

Periodicamente, as ações são reavaliadas e as provisões são complementadas, quando necessário.

A movimentação da provisão para riscos é como segue:

	<u>31/12/2010</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualizaçã</u>	<u>30/06/2011</u>
Trabalhista	201	-	-	201
Cíveis	314	-	-	314
Fiscais:				
PIS	1.354	(264)	72	1.162
Cofins	4.341	(711)	26	3.656
	<u>6.210</u>	<u>(975)</u>	<u>98</u>	<u>5.333</u>

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social da Sociedade, em 30 de junho de 2011, é de R\$317.813, representado por 50.480.600 ações ordinárias sem valor nominal.

A Sociedade está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 65.000.000 de ações nominativas, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá, também, estabelecer as condições de emissão, inclusive preço, prazo e forma de integralização. A Sociedade poderá emitir ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado. Adicionalmente, a critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo para seu exercício, nas emissões de ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante: (a) venda em bolsa ou por meio de subscrição pública; ou (b) permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado. Por fim, a Sociedade poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor dos administradores, funcionários ou pessoas naturais que prestem serviços à Sociedade ou a sociedades controladas pela Sociedade, direta ou indiretamente.

Reserva de reavaliação

Em 2007, foi deliberada a contabilização da reavaliação de ativos da Sociedade. Os tributos incidentes sobre a referida reserva estão contabilizados no passivo não circulante.

A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação, contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários.

Notas ExplicativasLucro por ação diluído

A Sociedade não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas, por isso, não calculou o lucro por ação diluído.

Segue abaixo, o cálculo do lucro por ação básico:

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
<u>(Em milhares, exceto o lucro por ação)</u>		
Numerador básico-		
Lucro líquido do semestre	14.971	146
Denominador:		
Média ponderada de ações - básico	50.481	50.481
Lucro básico por ação em (R\$)	<u>0,30</u>	<u>0,003</u>

19. RECEITA LÍQUIDA DE ALUGUEL, SERVIÇOS E OUTROS

	<u>Consolidado</u>			
	<u>Período de 01/04/11 a 30/06/11</u>	<u>Período de 01/01/11 a 30/06/11</u>	<u>Período de 01/04/10 a 30/06/10</u>	<u>Período de 01/01/10 a 30/06/10</u>
Receita bruta:				
Aluguel	27.536	53.514	23.614	46.654
Receita de Serviços	7.383	14.246	6.352	12.484
	34.919	67.760	29.966	59.138
Deduções				
Impostos sobre aluguéis e serviços	(1.781)	(3.457)	(1.863)	(3.803)
Descontos e abatimentos	(600)	(1.163)	(414)	(1.108)
Receita líquida de aluguel, serviços e outros	<u>32.538</u>	<u>63.140</u>	<u>27.689</u>	<u>54.227</u>

Notas Explicativas**20. CUSTO DOS ALUGUÉIS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS POR NATUREZA**

	Consolidado			
	Período de 01/04/11 a 30/06/11	Período de 01/01/11 a 30/06/11	Período de 01/04/10 a 30/06/10	Período de 01/01/10 a 30/06/10
Custo de Pessoal	(286)	(555)	(245)	(485)
Custo de Depreciações	(2.517)	(5.042)	(2.131)	(4.506)
Custo de Ocupação	(1.894)	(3.772)	(2.146)	(4.356)
Custo de Serviços de Terceiros	(1.619)	(3.192)	(1.149)	(2.518)
Total	(6.316)	(12.561)	(5.671)	(11.865)

21. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora				Consolidado			
	Período de 01/04/11 a 30/06/11	Período de 01/01/11 a 30/06/11	Período de 01/04/10 a 30/06/10	Período de 01/01/10 a 30/06/10	Período de 01/04/11 a 30/06/11	Período de 01/01/11 a 30/06/11	Período de 01/04/10 a 30/06/10	Período de 01/01/10 a 30/06/10
IPTU	(13)	(18)	9	-	46	(81)	(90)	-
Comercialização	-	-	-	-	(1.097)	(1.655)	(148)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	(1)	(19)	(300)	-
Publicidade e propaganda	(609)	(1.002)	-	-	(284)	(1.036)	56	(300)
Conservação de instalações								
Materiais	(36)	(36)	-	-	(72)	(72)	-	(20)
Energia elétrica	(10)	(21)	9	-	(251)	(200)	(84)	-
Despesas com pessoal	(2.529)	(4.186)	(1.644)	(2.973)	(3.115)	(5.657)	(2.637)	(4.736)
Despesas com serviços de terceiros	(743)	(1.248)	(555)	(1.381)	(1.730)	(3.567)	(1.878)	(3.322)
Despesa com depreciação e amortização	(92)	(175)	(75)	(166)	(92)	(175)	(75)	(166)
Viagens e estadias	(100)	(135)	26	-	(108)	(144)	(26)	-
Telefone	(58)	(109)	48	-	(56)	(129)	(85)	-
Outras	(385)	(587)	(488)	(895)	806	1.008	497	203
Total	(4.575)	(7.517)	(2.670)	(5.415)	(5.954)	(11.727)	(4.770)	(8.341)

Classificadas conforme segue:

Gerais e Administrativas	(4.895)	(7.837)	(2.670)	(5.415)	(8.081)	(14.969)	(5.951)	(11.365)
Outras receitas operacionais líquidas	320	320	-	-	2.117	3.242	1.181	3.024
	<u>(4.575)</u>	<u>(7.517)</u>	<u>(2.670)</u>	<u>(5.415)</u>	<u>(5.964)</u>	<u>(11.727)</u>	<u>(4.770)</u>	<u>(8.341)</u>

Notas Explicativas**22. RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora				Consolidado			
	Período de 01/04/11 a 30/06/11	Período de 01/01/11 a 30/06/11	Período de 01/04/10 a 30/06/10	Período de 01/01/10 a 30/06/10	Período de 01/04/11 a 30/06/11	Período de 01/01/11 a 30/06/11	Período de 01/04/10 a 30/06/10	Período de 01/01/10 a 30/06/10
Receitas Financeiras								
Juros de aplicações financeiras	(105)	71	(688)	660	2.125	3.394	280	1.261
Variação cambial ativa	(5)	-	(1)	-	20.340	28.463	455	-
Variação monetária ativa	-	7	-	-	839	1.301	-	-
Juros ativos	-	19	-	3	25	38	-	2.171
Sub-total	(110)	97	(689)	663	23.329	33.196	735	3.432
Despesas Financeiras								
Juros de empréstimos, financiamentos e CCI	-	(31)	(1.516)	(2.941)	(13.697)	(31.967)	(12.679)	(27.288)
Juros passivos	32	-	(318)	(681)	-	-	(1.126)	(2.526)
Variação cambial passiva		-	-	-	(12.634)	(12.687)	(335)	(413)
Variação monetária passiva		(100)	-	-	(1.271)	(3.187)		-
Multa sobre impostos em atraso		-	-	-	-	-		(1.522)
Outros	20	(49)	1.413	-	(544)	(1.318)	(653)	-
Sub-total	52	(180)	(421)	(3.622)	(28.146)	(49.159)	(14.793)	(31.749)
Total	(58)	(83)	(1.110)	(2.959)	(4.817)	(15.963)	(14.058)	(28.317)

Notas Explicativas**23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

	30/06/2011		30/06/2010	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Lucro antes do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	14.971	22.889	146	5.704
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de imposto de renda e contribuição social	(5.090)	(7.782)	(50)	(1.939)
Efeito de IRPJ e CSLL sobre:				
Equivalência Patrimonial	7.702	-	2.897	-
Outras diferenças permanentes líquidas	(28)	487	-	179
IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias não constituídos	(2.584)	(3.851)	(2.847)	(4.815)
Efeitos de IRPJ e CSLL de sociedades tributadas pelo lucro presumido (*)	-	3.228	-	1.017
Imposto de renda e contribuição social debitados ao resultado	-	<u>(7.918)</u>	-	<u>(5.558)</u>

O imposto de renda e a contribuição social debitados ao resultado do semestre são compostos como segue:

Em virtude da constituição de reserva de reavaliação em 2007, foi constituído crédito tributário, limitado a 30% do imposto de renda e da contribuição social diferidos passivos referentes à reavaliação.

(*) As controladas Polishopping, Securis, Lumen, Lux, Brassul, Intesp, PP, Jud, BOT, Cly, Bud, , Sale, Ast, Uniplaza, Wass, Energy, Manzanza, Nova União, Zuz, Vide, Mai, Ers, Flk, Br Outlet e Premium Outlet, optaram pela sistemática do lucro presumido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são compostos como segue:

	Consolidado	
	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Base de cálculo		
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	5.333	6.210
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.465	10.446
Receitas de aluguéis a faturar	2.704	471
Reavaliação de edificações e instalações	(67.410)	(67.576)
Reavaliação de terrenos no balanço de abertura 01.01.09	(63.224)	(63.224)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	<u>191.041</u>	<u>187.258</u>
	78.909	73.585
Alíquota combinada aproximada de imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
	<u>26.829</u>	<u>25.019</u>
Créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	(56.132)	(54.329)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(29.303)</u>	<u>(29.310)</u>
Classificados no ativo não circulante	12.571	12.588
Classificados no passivo não circulante	41.874	41.898

Notas Explicativas

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

24.1. Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Sociedade foram classificados conforme as seguintes categorias:

	Consolidado							
	30/06/2011				31/12/2010			
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Outros Passivos	Total	Valor justo através do resultado	Outros Passivos	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	68.180	146.447	-	214.627	-	-	334.045	334.045
Contas a receber e outros recebíveis	-	30.892	-	30.892	-	-	40.990	40.990
Total	<u>68.180</u>	<u>177.339</u>	<u>-</u>	<u>245.519</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>375.035</u>	<u>375.035</u>
Passivos								
Empréstimos e Financiamentos	-	-	388.144	388.144	16.494	331.277	-	347.771
Cédulas de crédito imobiliário - CCI	-	-	222.102	222.102	93.413	227.510	-	320.923
Fornecedores	-	-	15.007	15.007	-	3.858	-	3.858
Outras contas a pagar	-	-	5.243	5.243	-	4.029	-	4.029
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>630.496</u>	<u>630.496</u>	<u>109.907</u>	<u>566.674</u>	<u>-</u>	<u>676.581</u>

24.2. Fatores de riscos

A principal fonte de receitas da Sociedade e de suas controladas são os aluguéis dos lojistas dos shopping centers.

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento da Sociedade e de suas controladas, a avaliação potencial dos riscos. Assim, podem existir riscos com garantias ou sem garantias dependendo de aspectos circunstanciais ou legais. Os principais fatores de risco de mercado que podem afetar os negócios da Sociedade e de suas controladas estão apresentados a seguir:

a) Risco de crédito

A base de clientes é bastante pulverizada. Por meio de controles internos, a Sociedade e suas controladas monitoram permanentemente o nível de suas contas a receber, o que limita o risco de contas inadimplentes.

b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Sociedade pelos profissionais de finanças que monitoram continuamente a liquidez para assegurar que a Sociedade tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

Notas Explicativas

A previsão de fluxo de caixa da Sociedade é realizada na área de tesouraria. Essa área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração planos de financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais (por exemplo, restrições de moeda).

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a área de tesouraria, a qual investe o excesso de caixa em CDB), escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem necessária, conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas. Em 30 de junho de 2011, a Sociedade mantinha caixa e equivalentes de caixa de R\$214.627 (R\$334.045 em 31 de dezembro de 2010).

c) Risco de variação de preço

As receitas da Sociedade e de suas controladas são substancialmente decorrentes de aluguéis de lojistas dos shopping centers. Os contratos de aluguel, em geral, são atualizados pela variação anual do IGP-DI, conforme estabelecido nos contratos de aluguel. Os níveis de locação podem variar em virtude de condições econômicas adversas e, com isso, o nível das receitas poderá vir a ser afetado. A Administração monitora esses riscos como forma de minimizar os impactos em seus negócios.

d) Risco de taxas de juros

- Empréstimos para capital de giro e cédulas de crédito imobiliário - as controladas da Sociedade possuem também uma série de empréstimos e financiamentos captados para capital de giro, conforme mencionado nas notas explicativas nº 13 e 14, sobre os quais incidem taxas médias de juros de até 14,45% ao ano. Não foi contratado nenhum instrumento financeiro para efeito de mudança das taxas de juros para fixar as taxas dessas transações.
- Contas a pagar por aquisição de imóveis - as controladas da Sociedade possuem saldos a pagar com empresas não relacionadas relativos à aquisição de imóveis para a aquisição do Shopping Light, sobre os quais incidem encargos financeiros baseados na variação de índices gerais de preços. Não foi contratado nenhum instrumento financeiro para efeito de mudança das taxas de juros para fixar as taxas dessas transações.

Notas Explicativas

e) Risco de variação da taxa de câmbio

A Sociedade, por meio de sua controlada, possui financiamentos e saldos a pagar a partes relacionadas contratados em moeda estrangeira no montante de R\$393.458 em 30 de junho de 2011 (R\$337.879 em 31 de dezembro de 2010). O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos desses passivos. Não existem ativos denominados em moeda estrangeira. A controlada da Sociedade não tem pactuados contratos de derivativos para cobertura (“hedge”) desse risco. A Sociedade, conforme política interna de cobertura de riscos cambiais, possui aplicações financeiras em moeda estrangeira equivalente a dois anos de juros. Pela característica da operação Sociedade não tem pactuados contratos de derivativos para cobertura (“hedge”) do principal.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

f) Análise de sensibilidade - Empréstimos, financiamentos e CCI :

Considerando o instrumento financeiro mencionado anteriormente, a Sociedade desenvolveu uma análise de sensibilidade, conforme determinado pela Instrução CVM nº 475/08, que requer que sejam apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerado. Esses cenários poderão gerar impactos nos resultados e/ou nos fluxos de caixa futuros da Sociedade, conforme descrito a seguir:

- Cenário base: manutenção nos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 30 de junho de 2011.
- Cenário adverso: deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 30 de junho de 2011.
- Cenário remoto: deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 30 de junho de 2011.

Notas Explicativas

Premissas

Como descrito anteriormente, a Sociedade entende que está exposta principalmente ao risco de variação da TR e IPCA e variação cambial em relação ao dólar norte-americano, os quais são base para atualização de parte substancial dos empréstimos, financiamentos, CCI e bônus perpétuo contratados. Nesse sentido, no quadro a seguir estão demonstradas as taxas utilizadas nos cálculos de análise de sensibilidade

Premissas	Cenário		
	Cenário base	Cenário adverso	Cenário remoto
Deterioração da taxa do IPCA	0,51%	0,64%	0,76%
Deterioração da TR	0,11%	0,14%	0,17%
Desvalorização do real frente ao US\$	5,00%	6,25%	7,50%

Operação	Risco	Cenários – juros a incorrer		
		Provável (i)	Possível (ii)	Remota (iii)
Juros sobre empréstimos sujeitos a variação do IPCA	Alta do IPCA	92.126	103.517	115.422
Juros sobre empréstimos sujeitos a variação da TR	Alta da TR	116.262	120.748	125.306
Juros e variação cambial	Alta do dólar	311.821	349.879	389.653

No quadro acima estão demonstrados os efeitos dos juros e variação dos indexadores até o vencimento do contrato e no caso do bônus perpétuo até a data de opção de compra pela Sociedade (5º ano).

25. COBERTURA DE SEGUROS

A Sociedade e suas controladas mantêm cobertura de seguros para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades civis.

Em 30 de junho de 2011, a cobertura de seguros é como segue:

Modalidade	Importância segurada
Responsabilidade civil	1.800
Compreensivo de incêndio comum	730.320
Lucros cessantes	145.299
Vendaval/fumaça	81.365
Operações de Shopping Center	45.973
Danos morais	13.860
Danos materiais	237.515
Empregador	8.000

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento são utilizadas pela Alta Administração da Sociedade para a tomada de decisões de alocação de recursos e avaliação de desempenho.

As políticas contábeis para os segmentos reportáveis são as mesmas da Sociedade, descritas na nota explicativa nº 2. Os resultados por segmento consideram os itens atribuíveis diretamente ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis. Os ativos e passivos por segmento não estão sendo apresentados, uma vez que não são objeto de análise

Notas Explicativas

para tomada de decisão estratégica por parte da Alta Administração.

Portanto, os segmentos reportáveis da Sociedade são os seguintes:

a) Aluguel

Refere-se à locação de espaço a lojistas e outros espaços comerciais como “stands” de venda; locação de espaços comerciais para publicidade e promoção; exploração de estacionamento e taxa de cessão de direitos de utilização de espaço imobiliário.

b) Serviços.

Refere-se à receita da gestão do suprimento de energia e de água dos shopping centers.

A totalidade da receita da Sociedade é realizada no Brasil.

Demonstrações do resultado por segmento:

	Consolidado					
	30/06/2011			Eliminação		30/06/2011
	<u>Aluguel</u>	<u>Serviço</u>	<u>Corporativo</u>	<u>Débito</u>	<u>Crédito</u>	<u>Consolidado</u>
Receita líquida de serviços	52.571	15.087	-	(4.518)	-	63.140
Custo dos aluguéis e dos serviços prestados	(7.953)	(7.650)	-	-	3.042	(12.562)
Lucro bruto	<u>44.618</u>	<u>7.437</u>	<u>-</u>	<u>(4.518)</u>	<u>3.042</u>	<u>50.578</u>
(Despesas) receitas operacionais	(3.711)	(505)	(8.988)	-	1.477	(11.727)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	<u>40.907</u>	<u>6.932</u>	<u>(8.988)</u>	<u>(4.518)</u>	<u>4.519</u>	<u>38.851</u>
Resultado financeiro	-	-	(15.963)	-	-	(15.963)
Lucro (prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>40.907</u>	<u>6.932</u>	<u>(24.951)</u>	<u>(4.518)</u>	<u>4.519</u>	<u>22.888</u>
Imposto de renda e contribuição social	(6.432)	(1.486)	-	-	-	(7.918)
Lucro (prejuízo) líquido do período	<u>34.475</u>	<u>5.446</u>	<u>(24.951)</u>	<u>(4.518)</u>	<u>4.519</u>	<u>14.970</u>

Notas Explicativas

	Consolidado					
	30/06/2010			Eliminação		30/06/2010
	<u>Aluguel</u>	<u>Serviços</u>	<u>Corporativo</u>	<u>Débito</u>	<u>Crédito</u>	<u>Consolidado</u>
Receita líquida de serviços	43.004	11.223	-	-	-	54.227
Custo dos aluguéis e dos serviços prestados	(8.272)	(3.593)	-	-	-	(11.865)
Lucro bruto	<u>34.732</u>	<u>7.630</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>42.362</u>
(Despesas) receitas operacionais	(2.505)	(421)	3.105	-	(8.520)	(8.341)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	<u>32.227</u>	<u>7.209</u>	<u>3.105</u>	<u>-</u>	<u>(8.520)</u>	<u>34.021</u>
Resultado financeiro	-	-	(28.317)	-	-	(28.317)
Lucro (prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>32.227</u>	<u>7.209</u>	<u>(25.212)</u>	<u>-</u>	<u>(8.520)</u>	<u>5.704</u>
Imposto de renda e contribuição social	(4.664)	(894)	-	-	-	(5.558)
Lucro (prejuízo) líquido do período	<u>27.563</u>	<u>6.315</u>	<u>(25.212)</u>	<u>-</u>	<u>(8.520)</u>	<u>146</u>

27. DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

A Sociedade realizou a seguinte transação que não envolve caixa e equivalentes de caixa:

	Consolidado	
	<u>30/06/11</u>	<u>30/06/10</u>
Juros capitalizados nas propriedades para investimento	3.599	1.069

28. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 12 de agosto de 2011, foi autorizada pela Diretoria da General Shopping Brasil S.A, a conclusão das informações contábeis intermediárias para o semestre findo em 30 de junho de 2011.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
General Shopping Brasil S/A
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da General Shopping Brasil S.A. ("Sociedade") e de suas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado para o trimestre e semestre findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

A Sociedade está adotando medidas para concluir o processo de registro de determinadas propriedades dos imóveis adquiridos nos cartórios de registro de imóveis apropriados, como mencionado na nota explicativa nº 10. A Administração entende que não serão incorridas despesas relevantes com esse processo nem haverá obstáculos a esse registro.

Outros assuntos

Informações contábeis intermediárias do valor adicionad

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado ("DVA"), individuais e consolidadas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da Administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de agosto de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2